

OSMAR SALLES DE FIGUEIREDO

"ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS, COMO DISCIPLINA
E PRÁTICA EDUCATIVA, NAS ESCOLAS SUPERIORES DA
V REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO"

Tese de Doutorado apresentada
à Faculdade de Educação da Uni-
versidade Estadual de Campinas.

CAMPINAS - SÃO PAULO

1976

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A G R A D E C I M E N T O S

A preparação de uma Tese de Doutorado envolve, necessariamente, a colaboração de muitas pessoas.

Gostaríamos, assim, de estender a todos que colaboraram, de uma ou outra forma, participando, incentivando, criticando, informando, animando, orientando, discutindo ou elogiando, os nossos melhores agradecimentos.

As falhas, omissões e imperfeições são, no entanto, de inteira responsabilidade do Autor.

Desejamos, ainda mais, na impossibilidade material de citar a todos nominalmente, como seria de justiça, representá-los por um grupo, sem o qual nada teríamos conseguido.

Ao Professor Zeferino Vaz, Magnífico Reitor, fonte de toda inspiração e de todas as realizações na UNICAMP.

Ao Professor Benedito José Barreto Fonseca, Magnífico Reitor da FUCC, Orientador da Tese, pelo carinho, atenção e amizade com que sempre nos distinguiu.

À Comissão de Entrevista, integrada pelos Professores Rubens Murillo Marques, Ophelina Rabello e Miguel de La Puente Samaniego, pelos preciosos conselhos e sugestões.

Ao ex-Diretor da Faculdade de Educação da UNICAMP, Professor Marconi Freire Montezuma, pela inestimável colaboração.

À Secretária do Centro de Estudo de Problemas Brasileiros, Da Maria Esther Gazi, sem cuja dedicação e competência não teríamos chegado a bom termo.

As Srtas. Maria Joana Puttini, Nádia Regina Corradi e Sra. Doralice Moraes Alves, cuja preciosa e constante ajuda, durante quase três anos, foi indispensável à preparação desta Tese.

A todos
meus agradecimentos e
minha gratidão.

O Autor.

P L A N O D E T R A B A L H O

Í N D I C E

	página
I - OBSERVAÇÕES PRELIMINARES	1
1. Introdução	2
2. A fixação da Tese	3
3. A implantação da Educação Moral e Cívica. Reper- cussões e Perspectivas	4
4. A implantação de EPB na UNICAMP	11
5. A Educação Moral e Cívica e a Segurança Nacional.	13
II - A TESE	17
III - A V REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO ...	19
IV - A PESQUISA	23
1. O Plano de Pesquisa	24
2. Os Questionários Informativos	24
3. As Entrevistas	29
4. Os dados-testemunha	31
5. Informações de Seminários e Congressos	31
6. Tabulação dos resultados. Gráficos e Quadros Esta- tísticos	31
V - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	67
1. Análise e Interpretação dos Questionários Q ¹ - Q ² e Q ⁴	68
2. Análise e Interpretação dos Questionários Q ³ e Q ⁵	79
3. Análise e Interpretação dos Questionários EPB I e EPB II	85
VI - ALGUMAS CONCLUSÕES	90
1. Estímulo à leitura	91
2. Estímulo à leitura e ao conhecimento da Constitui- ção	91
3. Recursos didáticos audio-visuais	92
4. Maior participação do estudante	92
5. Participação do corpo docente e técnico-adminis- trativo	92
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
1 . Finalidades	95
2.. As responsabilidades	96
VIII - INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	98

I. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

1. INTRODUÇÃO

Desde quando assumimos as funções de Assessor da Reitoria para assuntos ligados à Educação Moral e Cívica, em princípios de 1970, começamos a nos preocupar com as repercussões e consequências que poderiam decorrer da edição do Decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969, cuja ementa dizia: "Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades do País, e dá outras providências".

Incumbidos pelo Magnífico Reitor, Professor Zeferino Vaz, de estudar e propor um plano de implantação do referido Decreto-lei na Universidade Estadual de Campinas, passamos a coletar in formações que nos possibilitassem elaborar esses planos.

Levantamos a legislação referente ao assunto e fizemos duas visitas ao Conselho Nacional de Moral e Cívismo - CNMC, órgão criado pelo art. 5º do Decreto-lei 869/69.

À medida que íamos nos enfiando no assunto, passávamos a perceber, cada vez com maior nitidez, a importância fundamental daquele diploma legal, não apenas no processo educativo brasileiro, mas também a sua influência no próprio processo do desenvolvimento nacional.

A elaboração do plano de sua implantação na UNICAMP e o início de sua execução, no segundo semestre de 1970, serviram apenas para ir reforçando, cada vez mais, as impressões iniciais.

A experiência pessoal de magistério na disciplina Estudo de Problemas Brasileiros, forma sob a qual a Educação Moral e Cívica é realizada no Ensino Superior, inclusive pós-graduação (3º 2º do art. 3º), quer na UNICAMP, quer na FUCC, onde fomos convidados a integrar a equipe de professores, foi nos fornecendo elementos substanciais e abundantes, a respeito do assunto.

No mesmo ano participamos de um curso de pós-graduação destinado a professores de Educação Moral e Cívica, patrocinado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Assim, lentamente, foi se formando em nosso espírito a intenção e o desejo de proceder a um estudo do assunto, pois já então os contactos com outras universidades, outras escolas e outros professores nos levavam ao conhecimento de que a implanta-ção do Decreto-lei 869/69 vinha encontrando as soluções mais di-ferentes, contrariando, não raro, os seus objetivos fundamentais.

Concluimos que a melhor maneira de elaborarmos um estudo aprofundado do problema seria a elaboração de uma tese de douto-ramento, mesmo porque assim teríamos o compromisso de não nos de-terms apenas na intenção.

2. A FIXAÇÃO DA TESE

Nossa intenção inicial era de fazer um levantamento de âm-bito nacional, para ter uma visão panorâmica de tudo quanto se vinha fazendo no Ensino Superior Brasileiro, com referência à dig-ciplina e prática educativa - Estudo de Problemas Brasileiros.

Percebemos, no entanto, desde logo, que, embora fosse um objetivo plenamente válido, e o que talvez melhores elementos nos fornecesse no campo de análise a que nos propunhamos, as dificul-dades decorrentes da extensão continental do Brasil tornariam bas-tante aleatórias a sua realização e conclusão dentro de um prazo razoável e com os elementos comparativos necessários.

Mudaram-se os nossos planos, reduzindo o âmbito da pesqui-sa para o Estado de São Paulo. A participação que tivemos em Se-minários realizados pela SUDAM e pela SUDENE, destinados a pro-fessores de Estudo de Problemas Brasileiros, possibilitou-nos o contacto com centenas de professores das várias regiões do Esta-do. Pareceu-nos assim, em julgamento subjetivo, que os problemas e dificuldades se repetiam de forma mais ou menos uniforme e que seria, possivelmente, um dispêndio supérfluo de energias e recur-sos estender o âmbito da pesquisa a todo o Estado de São Paulo. Pesou em nossa decisão, igualmente, aquelas ponderações que nos haviam feito recuar do propósito inicial de um estudo nacional - dificuldades de comunicações, extensão territorial, dificuldades no levantamento harmônico de dados estatísticos, etc.

Foi assim que, pouco a pouco, deliberamos reduzir o campo da pesquisa a ser levantada, abrangendo tão somente a V Região Administrativa do Estado de São Paulo (mapa anexo nº 1).

Acolhemos, por outro lado, ponderações e conselhos de co-legas e mesmo da Comissão de Entrevista, de que uma pesquisa mais ampla significaria maior dispêndio de tempo, recursos e energias,

sem um retorno significativo em eficiência e melhoria de informações.

A fixação de apenas uma região seria, por outro lado, uma técnica de análise por amostragem, plenamente válida e testada no campo da estatística, que poderia nos levar aos mesmos resultados, senão bastante aproximados, de uma pesquisa mais ampla.

Faltava, agora, definir o objetivo da tese e sua delimitação.

Quanto mais nos ambientávamos com o assunto, quer no magistério, quer no plano administrativo, como na permuta e coleta de informações, mais se robustecia em nosso espírito a convicção de que, quanto mais geral fosse o levantamento, melhor teríamos a identificação dos problemas fundamentais.

Foi assim que escolhemos o tema "O Estudo de Problemas Brasileiros, como Disciplina e como Prática Educativa, nas Escolas Superiores da V Região Administrativa do Estado de São Paulo, (Proc. 2933/71)".

Acrescentaríamos as informações de algumas Universidades brasileiras, mais a título de testemunha e controle de resultados, para nos dar uma idéia da validade do levantamento por amostragem.

3. A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, REPERCUSSÕES E PERSPECTIVAS

Seria impossível dar início ao comentário e desenvolvimento da tese se não fizéssemos, preliminarmente, uma apreciação geral quanto à implantação, repercussões e perspectivas do Decreto-lei 869/69, especialmente no que se refere a Estudo de Problemas Brasileiros como Disciplina e Prática Educativa, obrigatória no currículo das Escolas Superiores.

A redemocratização do País, institucionalizada pela Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, atribuída à União, entre outras de suas relevantes funções, a competência para legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - art. 52 - XV - "d".

Com base nesse dispositivo legal foi enviado ao Congresso Nacional em 1946 um ante-projeto que só veio a se transformar em lei em 1961, isto é, após 15 anos de estudos, debates, marchas e contra-marchas, modificações, alterações, dúvidas e perplexidades. Foi o advento da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O longo período de maturação e discussão do ante-projeto, longe de significar o seu aperfeiçoamento, resultou, na verdade, na aprovação de um texto legal ultrapassado, que nem corrigia as mazelas de uma centralização excessiva do longo período ditatorial, nem fixava com clareza as idéias diretivas a serem executadas no futuro, adequadas à extraordinária transformação por que passava o Brasil.

Nem bem foi ela aprovada e já se entregavam e se integravam todas as forças vivas da Nação em estudar e propor a sua modificação.

O ensino da Educação Moral e Cívica foi abordado de forma lacônica, embora explícita, no seu artigo primeiro.

E continuava no art. nº 30 -

"Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas:

... III Formação Moral e Cívica do educando, através de processo educativo que a desenvolva".

Como se vê, só se fazia menção expressa da educação moral e cívica no âmbito do "ensino médio", assim mesmo sob a forma de Prática Educativa nada falando quanto ao ensino superior, salvo, de forma implícita, quanto aos fins, inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, redigidos no seu artigo primeiro.

Esse laconismo viria possibilitar, no entanto, ao Conselho Federal de Educação, criado pelo art. 62 da mesma LDE, construir extensa e robusta tese doutrinária, servindo de ponto de partida em todo processo que viria a culminar no Decreto-lei 369/69.

Em 1966, durante a realização da IIIª Reunião Conjunta dos Conselhos da Educação, o tema foi objeto de estudo específico, trazendo significativa contribuição à definição doutrinária.

Através da indicação nº I esse órgão determinou a inclusão da "educação cívica" entre as "práticas educativas" do sistema federal de ensino. Consciente, além do mais, de que a prática educativa exige estrutura curricular de natureza doutrinária, foi também incluída entre as "disciplinas complementares" do sistema federal a "Organização Social e Política Brasileira".

Foi, finalmente, mais longe, sugerindo, através do artigo 3º, § 1º da Indicação aos Estados, enquanto não fossem criados os Conselhos Estaduais de Educação, a criação da disciplina.

Dizia a respeito o Cons. Newton Sucupira:

"O Conselho Federal de Educação teve como objetivo preen-

cher uma lacuna injustificável de nossa escola no que diz respeito à preparação do jovem para o exercício consciente da cidadania democrática. Incontestavelmente faltava à nossa escola este sentido de formação cívica e integração política que, em todos os países civilizados, constituem tarefa essencial da escola secundária. A verdade é que a escola secundária brasileira sempre se caracterizou pela ausência da integração nacional, o que era denunciado com toda a veemência, há mais de meio século, por José Veríssimo. Tem, portanto, esta disciplina como finalidade contribuir para a formação cívica do jovem brasileiro, promovendo sua inserção na vida política e social do País, mediante um conhecimento adequado de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático".

A Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, integrante do CFE e então Secretária da Educação do Estado de São Paulo, comentava em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra:-

"O pronunciamento do Cons. Newton Sucupira permitiu desde logo uma nítida colocação da Educação Moral e Cívica como componente curricular: ela é, por essência, uma prática educativa, pagou a doutrinar o Conselho, pois que abrangendo as atividades que devem atender às necessidades do adolescente de ordem ... cívica ... coloca o acento principal na maturação da personalidade. Mas é, também, até certo ponto, disciplina, pois que exige a assimilação de certos conhecimentos sistematizados e progressivos, sendo a esse título passível de mensuração e constituindo "condição de prosseguimento de estudos" (Parecer nº 121/62).

No mesmo diapasão passaram a ser as posteriores manifestações do CFE, destacando-se entre os outros o Parecer nº 117/64, relatado pelo Cons. D.Cândido Fadin:

"Como se vê, o problema é complexo e só poderá ser resolvido dentro de todo o conjunto de fatores educativos, quer na escola, quer fora dela. Trata-se, no fundo, da formação de hábito de natureza ética, proporcionada não apenas pela aquisição de conhecimentos, mas principalmente pelo calor afetivo das relações de pessoa a pessoa e pelo atrativo dos ideais vividos em comunidade. Consequentemente, para esse fim importa muito mais o ambiente humano em que se educa o adolescente, do que as matérias e as técnicas empregadas. (O grifo é nosso - diz D.Cândido Fadin). Assim a desejada educação moral e cívica dos educandos dependerá principalmente do ambiente em que viverem e se desenvolverem, tan

to na escola como na família e na comunidade local".

O Parecer nº 117/64 possibilitou que vários conselheiros se manifestassem a respeito.

Não só para acentuar o caráter híbrido da Educação Moral e Cívica - substancialmente Prática Educativa e, num segundo plano, disciplina - como também para acentuar o fato de que não apenas a escola, mas a totalidade das agências educativas, exercem função formativa em termos de moral e civismo. (Consª Esther de Figueiredo Ferraz).

O Cons. Abguar Renault, tem pronunciamento incisivo:

"... a instrução Moral e Cívica tem de penetrar todos os instantes da vida escolar, senão o que ela se transformará em uma coisa postiça... inútil e até ridícula".

No mesmo sentido se manifesta o Cons. Antonio Ferreira de Almeida Junior:

"A conduta da escola como instituição educativa e a de cada um dos professores, isso sim, é que pode de fato influir benéficamente sobre a educação moral dos alunos".

Quando ocorreu o impedimento do Presidente Costa e Silva, por motivo de doença, e a Presidência da República foi provisoriamente delegada aos Ministros Militares, em 1969, o assunto já havia sido discutido, tendo suas diretrizes doutrinárias determinadas.

O Triunvirato militar dispunha da dupla opção de editar a matéria através de Decreto-lei, ou de enviar o ante-projeto ao Congresso Nacional. A experiência da Lei 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, após 15 anos de debates no Legislativo, não era perspectiva animadora.

Preferiram, assim, os Ministros Militares, escolher o caminho mais rápido para a implantação da Educação Moral e Cívica, editando o Decreto-lei 369 de 12 de setembro de 1969. Há ainda a considerar queurgia a tomada de providências que restaurassem o orgulho nacional, e estimulassem a consciência cívica nacional, pois que por vários anos assistia-se a uma completa subversão de valores, com o recrudescimento da demagogia, da corrupção, do aventureirismo, do terrorismo, da guerra revolucionária, do materialismo ateu e antidemocrático, minando na própria base a autoridade pública e as instituições nacionais.

Os artigos 1º e 2º do referido diploma legal são bastante elucidativos:

Artigo 1º - É instituída, em caráter obrigatório, como

disciplina, e também como prática educativa, a Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Artigo 22 - A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único - As bases filosóficas, de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

O seu artigo determina, então, no § 22, que "no sistema de

ensino superior, inclusive pós-graduação, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de "Estudo de Problemas Brasileiros", sem prejuízo de outras atividades culturais, visando ao mesmo objetivo".

Verifica-se, desde logo, que foram bastante ampliadas e aprofundadas as disposições constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Dezembro de 1961.

Em primeiro lugar, deu-se melhor interpretação às disposições lacônicas então vigentes. Em segundo lugar, estendeu-se o campo de atuação, através de instrumentos programáticos e práticos, abrangendo o Sistema de Ensino Superior, que até então obedecia tão somente aos influxos meramente idealísticos e doutrinários dos princípios gerais de Educação Nacional, constantes do art. 1º da Lei 4.024.

A criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, diretamente subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, segundo preceito do art. 5º do Decreto-lei em apreço, propiciou finalmente a detonação das providências de ordem prática.

Sem se deter na complexidade e nas dificuldades da tarefa, desencadeou o Conselho Nacional de Moral e Civismo intensa campanha de esclarecimento, encetando corajosa ação executiva.

A primeira providência foi a fixação de um programa básico a ser desenvolvido, o que foi feito através de documento editado em fevereiro de 1970, após sua aprovação pelas Câmaras do Ensino Primário e Médio do Conselho Federal de Educação e homologado pelo Ministério da Educação.

O documento - Educação Moral e Cívica, como Disciplina obrigatória nos três Níveis de Ensino - Prescrições sobre Currículo e Programas Básicos - além da orientação geral para a implantação da disciplina, fixou a amplitude e desenvolvimento dos programas, bem como objetivos a serem alcançados e metodologia a ser adotada.

Logo em seguida, no Egrégio Conselho Federal da Educação, através do Parecer nº 101/70 de 4 de fevereiro, foram aprovados os subsídios para Currículos e Programas Básicos, de Educação Moral e Cívica.

O voto do relator, Padre José de Vasconcelos, endossado pelo plenário, concluiu que "não podendo este Conselho, por ora, dentro de sua competência legal, "elaborar os currículos e programas básicos", sugerimos que se anexe ao presente Parecer cópia dos subsídios, enviados pela douta CNEC. Devem ser entendidos como indicação preliminar sobre a amplitude e o desenvolvimento dos

programas de Educação Moral e Cívica, nos termos do art. 35 § 2º da Lei 4.024 (LDB) de 20 de dezembro de 1961. Sugerimos, outrossim a imediata criação, neste Conselho, de uma Comissão de Membros da Câmara de Ensino Superior e da de Ensino Primário e Médio, que iniciou desde logo os estudos necessários para dar cumprimento ao que prescreve o art. 4º do Decreto-lei 869/69".

Artigo 4º - "Os currículos básicos e os programas básicos, para os diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias, serão elaboradas pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração do órgão de que trata o artigo 5º e aprovados pelo Ministro da Educação e Cultura".

O Parecer 101/70 do CFE teve o duplo mérito, assim, de homologar o programa sugerido pelo CNEM e lançar a semente da Comissão que seria a de Educação Moral e Cívica, que tanta importância teria no campo da educação moral e cívica para o futuro.

Adotou-se, quanto aos professores, as disposições contidas no art. 7º.

Artigo 7º - "A formação de professores e orientadores da disciplina "Educação Moral e Cívica", far-se-á em nível universitário, e para o ensino primário, nos cursos normais.

§ 1º - Competirá ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação adotar as medidas necessárias à formação de que trata este artigo.

§ 2º - Aos Centros Regionais de Pós-graduação incumbirá o preparo de professores desta área, em curso de mestrado.

§ 3º - Enquanto não houver, em número bastante, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor.

§ 4º - No ensino primário, a disciplina "Educação Moral e Cívica" será ministrada pelos professores, cumulativamente com as funções próprias.

§ 5º - O aproveitamento de professores e orientadores na forma do § 3º, será feito sempre a título precário, devendo a respectiva remuneração subordinar-se, nos estabelecimentos oficiais de ensino, ao regime previsto no artigo 111 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 6º - Até que o estabelecimento de ensino disponha de professor ou orientador, regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência, o seu diretor avocará o ensino de Educação Mo

ral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderá deixar de ser ministrada na forma prevista".

As escolas dispunham, finalmente, dos mecanismos adequados, embora provisórios, para desencadear a sua execução.

Foi, assim, entregue ao prudente arbítrio das Universidades e das Faculdades o recrutamento de professores, a forma de execução do Decreto-lei, bem como a extensão dos programas e a fixação de créditos.

Estava iniciada a implantação do Decreto-lei 369/69, determinando a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades. E, conseqüentemente, no sistema de Ensino Superior, inclusive pós-graduação, que é o que interessa mais à tese que pretendemos defender, sob a forma de Estudo de Problemas Brasileiros.

4. A IMPLANTAÇÃO NA UNICAMP

Tão logo recebemos a incumbência do Professor ZEFERINO VAZ, Magnífico Reitor da UNICAMP, para providenciarmos a implantação do Decreto-lei 369/69, mantivemos contacto com a Comissão Nacional de Moral e Civismo, propusemos a contratação de professores e pudemos, a partir de agosto de 1970, dar início às aulas de Estudo de Problemas Brasileiros.

Foram, ainda, adotadas as seguintes providências:

- estariam obrigados à assistência das aulas todos os alunos que cursassem a 1ª série da Universidade, bem como todos os concluintes de curso e aqueles que estivessem cursando pós-graduação, quer em nível de mestrado, quer de doutorado.
- as aulas seriam ministradas uma vez por semana, com uma carga de duas horas de duração, de modo a ser despertado, estimulado e incentivado o diálogo entre professor x aluno e aluno x aluno.
- foram exigidos 2 créditos por semestre, com uma carga de 30 horas de aulas.
- os créditos foram considerados pré-requisito para os semestres posteriores.
- praticamente a Disciplina foi subdividida em:
 - I - PB-101 - 1º semestre, série inicial
 - II - PB-201 - 2º semestre, série inicial
 - III - PB-701 - 1º semestre, série de conclusão
 - IV - PB-801 - 2º semestre, série de conclusão

V - PB-901 - 1 semestre, mestrado

VI - PB-902 - 1 semestre, doutorado

- cada professor assumia a responsabilidade de uma ou várias turmas, cabendo-lhe, além de acompanhá-la, ministrando as aulas previstas no programa, também a responsabilidade de providenciar palestras e conferências, recorrendo aos próprios colegas, aos professores da UNICAMP ou a especialistas.
- foram adotados os programas estabelecidos pelo CFE, acolhendo sugestão da CIRC.

No ano seguinte - 1971 - já melhor entrosados no espírito do Decreto-lei, a equipe de professores - onze ao todo - pôde se dedicar com maior desembaraço às suas funções. Não deixou, no entanto, esse ano, de ser mais um ano de experiência e observação.

A 14 de janeiro de 1971 o Decreto-lei 869 foi regulamentado pelo Decreto nº 68.065, tornando assim mais explícitas e melhor interpretadas as disposições vigentes.

Logo a seguir, em 4 de fevereiro, o CFE editou a Portaria 94/71, fixando currículos e programas de Educação Moral e Cívica, uniformizando então a atuação que vinha sendo mais ou menos dispersa dos professores.

Desde que iniciamos essas atividades, tornou-se um hábito e uma rotina reunir-nos, todos os professores de EPB, várias vezes por ano, para o debate, avaliação de resultados e fixação de orientação para os períodos subsequentes.

Nossa experiência foi se enriquecendo, assim, com o passar dos anos, sendo que foi fator importante desse amadurecimento o fato de vários dos professores de Problemas Brasileiros da UNICAMP integrarem, também, a equipe de professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, bem como de outras faculdades da região e de São Paulo.

Bastante significativa foi a evolução da aceitação da disciplina, por parte do corpo discente.

De uma fase francamente hostil e desconfiada, em agosto de 1970, até fins de 1975, a disciplina e o corpo docente passaram a ser vistos e recebidos como uma disciplina normal do currículo, e os professores, integrantes regulares do quadro docente.

Através de questionários e inquéritos, realizados a partir de 1971, pudemos acompanhar e documentar essa evolução.

Foi na verdade através desses questionários, aplicados no princípio e no fim de cada ano, que deliberamos promover um trabalho de pesquisa mais extenso e mais ambicioso, que pudesse tal

vez servir de base para a defesa de uma tese de doutorado.

O material coletado, antes e após a fixação da tese, será objeto de análise no corpo principal desse trabalho.

Mas gostaríamos de, ainda na fase preliminar, tecer um comentário a respeito da Educação Moral e Cívica e suas repercussões no campo da Segurança Nacional.

5. A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A SEGURANÇA NACIONAL

O longo período ditatorial de Vargas, iniciado em 1930, a gravou extraordinariamente a prática habitual dos atos institucionais, tornando bastante difícil o florescimento das lideranças políticas.

Após o breve período de redemocratização, com os presidentes Dutra e Juscelino, quando se iniciou um período de bem estar e mesmo de euforia popular, seguiram-se as administrações catastróficas de Jânio Quadros e de João Goulart, precipitando a subversão de valores. A sublevação social atingiu um limite que colocava em perigo a própria soberania e segurança nacional, obrigando as forças armadas, interpretando os anseios populares, a uma intervenção salvadora, dando origem ao que se convencionou de nominar de Revolução de Março de 1964.

A doutrina da Segurança Nacional teve, no Brasil, uma lenta maturação, que se iniciou em 1950, com a criação da Escola Superior de Guerra.

Ano após ano, uma centena de patentes militares e de civis de todos os setores de atividades, em posição de liderança significativa, passaram a cursar, em regime de tempo integral, durante um ano inteiro, os cursos da Escola Superior de Guerra. O estudo, o debate e a análise dos problemas doutrinários foram firmando, cada vez com maior nitidez, os lineamentos básicos dos objetivos Nacionais Permanentes, destacando-se, entre eles, o da Segurança Nacional.

A clara definição de Segurança Nacional só veio a ser inscrita em nossa Lei Magna em 1967, sob o influxo da Revolução de Março de 1964 e dos estudos da Escola Superior de Guerra.

Realmente, a Constituição Republicana de 1891 declarava no art. 14 que "as forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinados à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais".

A Constituição de 34 dedica um título à Segurança Nacional, disposto em vários artigos, no primeiro dos quais foi instituído o Conselho Superior de Segurança Nacional.

A Carta de 37 quase não alterou o disposto na Constituição de 34.

A conceituação de Segurança Nacional estava adstrita, no entanto, apenas à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, à lei e à ordem.

Era tarefa deixada exclusivamente à competência das Forças Armadas.

Tanto é assim que na Constituição de 46 o Título VII, passou à denominação "Das Forças Armadas", às quais foram reservados oito artigos (176 a 194), todos eles reproduzidos, com ou sem alterações, na Constituição vigente".

"O simples fato de a Constituição de 67, na Conformidade do projeto governamental, haver destinado Secções distintas (a Secção V e a Secção VI) à Segurança Nacional e às Forças Armadas, que ocupavam, juntas, um só espaço nos textos fundamentais anteriores, é indicativo de que a moderna conceituação da primeira transcende os limites do setor de responsabilidades, importantes e graves, afeto às instituições militares" - (A Constituição do Brasil - Paulo Sarasate, pág. 400).

Percebe-se, assim, que o conceito de Segurança Nacional, até o advento da Constituição de 67, com as modificações da Emenda Constitucional nº 1 de 69, significava, tão somente, a defesa nacional, a defesa das fronteiras, face a eventual inimigo externo, defesa essa entregue exclusivamente às forças armadas.

O mundo posterior à Segunda Grande Guerra sofreu transformações vitais e profundas. Numerosas novas nações surgiram, especialmente no Continente Negro e como desmembramento dos impérios coloniais.

Recrudescceu o combate entre os Estados, especialmente entre as Grandes Nações, dando origem à chamada Guerra Fria, quando os conceitos de agressão armada, invasão de fronteiras — a guerra no sentido tradicional — foram substituídos pelos processos mais sofisticados da guerra psicológica, das pressões econômicas e diplomáticas, substituindo o "soldado estrangeiro" pela figura do próprio revolucionário e subversivo nacional, atuando dentro das fronteiras, a serviço das ideologias e interesses estrangeiros.

Modificou-se por completo o conceito de guerra. Natural

seria que também os conceitos para impedi-la ou combatê-la se mo dificassem, adequando-os à conjuntura internacional emergente.

A agressão ideológica, a desagregação institucional, o en fraquecimento da autoridade, a infiltração subversiva, a corrupção desmoralizadora a serviço de forças estrangeiras, a demagogia fácil e inconseqüente, tudo isto estava a exigir uma nova posi ção.

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, alterada pela Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969, teve na sua Secção V - da Segurança Nacional - arts. 86 a 89 - um natural deg dobramento e regulamentação no Decreto-lei nº 898 de 29 de setem bro de 1969 - A Lei de Segurança Nacional.

Observe-se a proximidade no tempo e nos objetivos do De creto-lei 869 de 12 de setembro de 69, instituindo o ensino obri gatório da Educação Moral e Cívica, e o Decreto-lei 898, de 29 do mesmo mês, editando a Lei de Segurança Nacional.

Realmente, a Segurança Nacional está indissociavelmente vinculada à formação moral e cívica do povo.

O art. 86 da Constituição da República Federativa do Bra- sil, dá um enfoque totalmente novo à Segurança Nacional.

Artigo 86 - "Toda pessoa natural ou jurídica é responcá- vel pela segurança nacional, nos limites definidos em lei".

A Segurança Nacional deixou de ser atribuição exclusiva das Forças Armadas, para se ampliar, abrangendo toda a comunida- de nacional, cada um de seus integrantes em particular, como peg soa natural ou jurídica.

Os artigos 87, 88 e 89, traçam os fundamentos da organiza- ção e funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, fixando in clusive sua competência, sumarizados no item I:

"Estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as ba- ses para a política nacional".

Percebe-se, assim, claramente, a evolução que sofreu a conceituação de Segurança Nacional.

Durante muito tempo foi ela considerada como sinônimo de Segurança Militar.

Atualmente, sob o influxo da doutrina desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, desde 1950, conceitua-se a Segurança Nacional:

"é o grau relativo de garantia que, através de ações polí ticas, econômicas, psico-sociais e militares, o Estado proporcio na, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a conse

cução ou manutenção dos objetivos nacionais, em face dos antagonismos existentes".

Ou a sua conceituação sintética, constante da anterior Lei de Segurança Nacional - Decreto-lei 314, de 13 de março de 67, art. 2º - "A Segurança Nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais, contra antagonismos, tanto internos como externos".

A Segurança Nacional passou a ser um conceito total e global, envolvendo e corresponsabilizando a todos nos mesmos ideais - a pessoa natural, a pessoa jurídica, o governo e os governantes.

Impõe-se, para tanto, moldar e reforçar, no âmago da comunidade nacional, um forte sentido de espírito cívico e de inabalável fortaleza moral.

Não foi outro, segundo o nosso parecer, o objetivo da Revolução de Março, ao editar o Decreto-lei 869 de 1969.

II. A T E S E

CAPÍTULO II

A TESE

A tese, sugerida inicialmente como "O Estudo de Problemas Brasileiros, como Disciplina e como Prática Educativa, nas Universidades e Escolas Superiores brasileiras", foi, posteriormente, por sugestão dos integrantes da Ilustre Comissão de Entrevista,¹ limitada à V Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Isto por duas razões principais.

Primeiro, porque a extensão do território brasileiro e a conseqüente dificuldade de comunicações tornariam aleatória a data de conclusão da pesquisa, comprometendo irremediavelmente o prazo fixado para a efetiva elaboração da tese.

Em segundo lugar, porque a técnica de amostragem, bem como a densidade e a qualidade da amostragem contida na V Região Administrativa do Estado de São Paulo, seriam suficientes para se alcançar os objetivos visados. Há ainda a considerar que já colhemos a pesquisa de numerosas Universidades de outros Estados e de Escolas Superiores fora da V Região, a servir como elemento de comparação com os resultados a serem levantados.

Por essas razões e considerações, o teor da Tese ficou sendo: "O Estudo de Problemas Brasileiros, como Disciplina e como Prática Educativa, nas Universidades e Escolas Superiores da V Região Administrativa do Estado de São Paulo".

1. COMISSÃO DE ENTREVISTA

Professores RUBENS MURILLO MARQUES

OPHELINA RABELLO

MIGUEL DE LA PUENTE SAMANIEGO

III. A V REGIÃO ADMINISTRATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

A V REGIÃO ADMINISTRATIVA

As Regiões Administrativas do Estado de São Paulo foram criadas pelo Decreto nº 52.576, de 12 de Dezembro de 1970 (dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública).

A V Região abrange as seguintes sub-regiões e municípios:

1. SUB-REGIÃO DE CAMPINAS

Águas de Lindoia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Campinas, Capivari, Cosmópolis, Elias Fausto, Indaiatuba, Itapira, Jaguariuna, Lindoia, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Rafard, Santo Antonio da Posse, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

2. SUB-REGIÃO DE PIRACICABA

Águas de São Pedro, Charqueada, Iracemópolis, Piracicaba, Rio das Pedras, Santa Bárbara do Oeste, Santa Maria da Serra, São Pedro e Torrinha.

3. SUB-REGIÃO DE LIMEIRA

Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Pôrto Ferreira e Santa Cruz da Conceição.

4. SUB-REGIÃO DE RIO CLARO

Anolândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro e Santa Gertrudes.

5. SUB-REGIÃO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Aguaí, Águas da Prata, Divinolândia, Pinhal, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São Sebastião da Gramma e Varagem Grande do Sul.

6. SUB-REGIÃO DE CASA BRANCA

Caconde, Casa Branca, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, Tambaú e Tapiratiba.

7. SUB-REGIÃO DE JUNDIAÍ

Campo Limpo, Itatiba, Itupeva, Jarínú, Jundiaí, Louveira, Mo-

rungaba e Várzea Paulista.

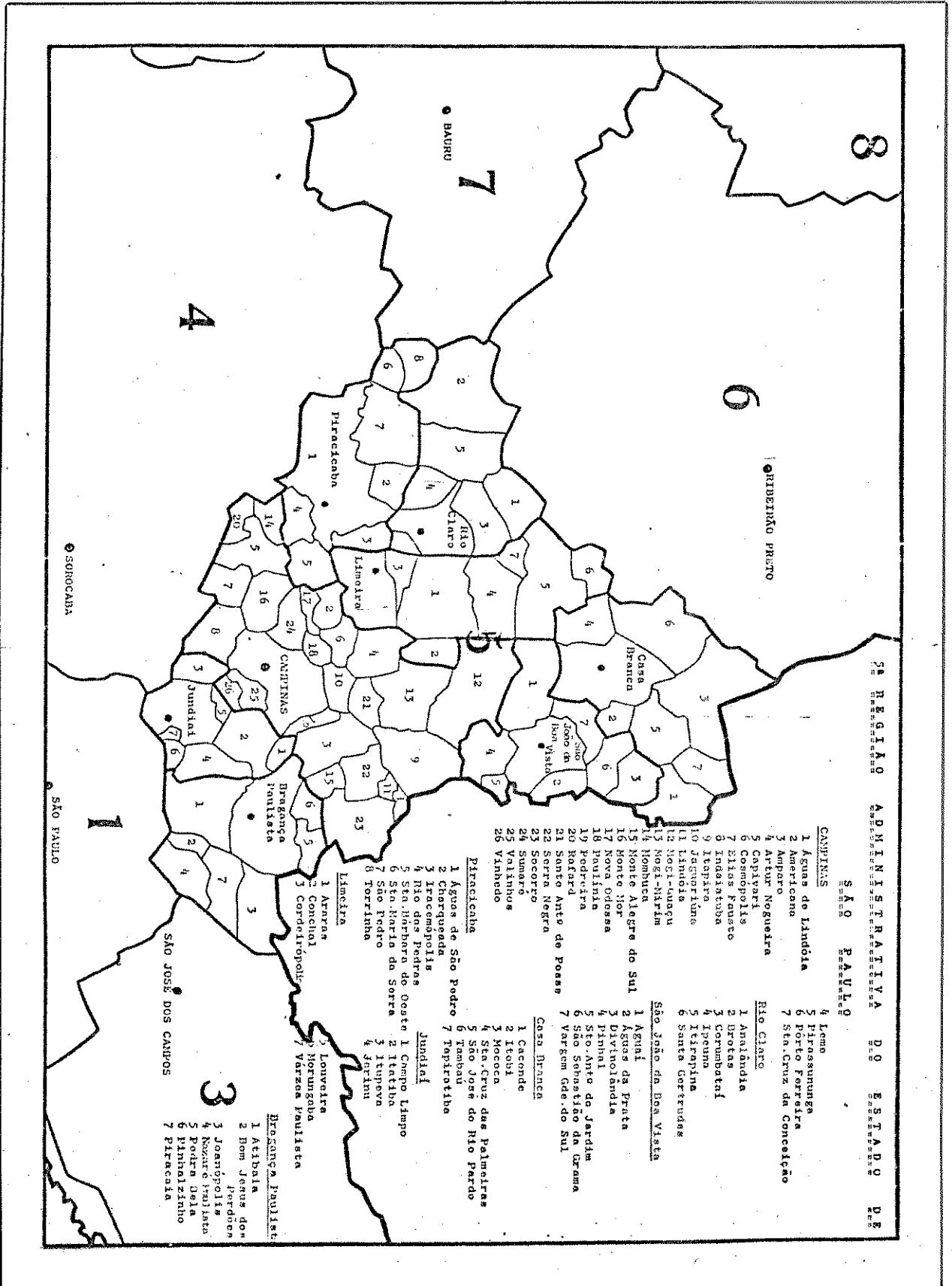
8. SUB-REGIÃO DE BRAGANÇA PAULISTA

Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia e Vargem.

Abrange, assim, oito (8) sub-regiões ou Delegacias e setenta e cinco (75) municípios.

Funcionam, nessa Região, duas Universidades (uma estadual - a Universidade Estadual de Campinas - e outra particular - a Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e um total de 37 Unidades administrativas, com muito maior número de Institutos e Faculdades, que crescem ano a ano.

Durante o ano de 1 974, essa Região contava com 84 cursos em funcionamento.



IV. A P E S Q U I S A

CAPÍTULO IV

A PESQUISA

1. O PLANO DA PESQUISA

O Plano da Pesquisa estabelece o roteiro seguido para alcançar as informações desejadas.

Esse roteiro foi desdobrado em cinco (5) itens:

- 1 - Pesquisar a forma pela qual a legislação referente à Disciplina e Prática Educativa Estudo de Problemas Brasileiros está sendo cumprida e aplicada nas Universidades e Escolas Superiores da V Região Administrativa do Estado de São Paulo.
- 2 - Idem em outras Universidades de outros Estados, federais, estaduais e particulares, bem como outras unidades de ensino Superior do Estado de São Paulo, não incluídas na V Região, para efeito de comparação e testemunha, na avaliação dos resultados obtidos.
- 3 - Coletar dados referentes aos professores e coordenadores de Estudo de Problemas Brasileiros.
- 4 - Pesquisar junto aos universitários, especialmente da V Região, através de Questionários e de Entrevistas, a opinião a respeito de EPB, como Disciplina e como Prática Educativa, e a respeito dos professores, programas, etc.
Este item parece-nos o mais significativo, para o objetivo que temos em mira.
- 5 - Pesquisar o funcionamento dos Centros Superiores de Civismo.

Pretendemos, ainda, terminada a pesquisa, levantar outras pesquisas que forem sugeridas.

2. OS QUESTIONÁRIOS

Os Questionários planejados foram distribuídos em dois grupos.

Num primeiro grupo encontramos os Questionários Q¹, Q², Q³, Q⁴ e Q⁵. Os Questionários Q¹, Q² e Q⁴ foram aplicados no início do semestre, respectivamente, dos anos letivos de 1972, 1973 e 1974.

São eles praticamente iguais. Foram apenas aplicados em a nos diferentes, para clientela diferente.

Os Questionários Q³ e Q⁵ foram aplicados no final de 1973 e de 1974, objetivando avaliar o rendimento escolar do primeiro semestre, bem como confrontar as respostas com as obtidas no início do ano. Ambos os Questionários são idênticos. (Cópias em anexo).

O Questionário EPB I visou obter informações administrativas referentes às Unidades pesquisadas.

O Questionário EPB II visou conseguir os dados específicos quanto ao ensino de EPB, como Disciplina e como Prática Educativa, além da Metodologia adotada.

Os Questionários Q¹ e Q² são iguais, abrangendo 13 itens. Seu principal objetivo era verificar a resposta ao item 7 - Qual a sua opinião a respeito da inclusão de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros) nas Universidades ? Foi oportuna ? Sim () Não (). Como você pensa que deveria ser desenvolvida ? O item 6 situava-se como uma extensão do item 7 - Qual a opinião a respeito da Educação Moral e Cívica recebida no Colégio ?

Os outros itens foram incluídos para obter informações correlatas ou de interesse para a organização dos programas e da metodologia a ser adotada.

Assim, o item 1 referia-se ao hábito de leitura de jornais, revistas e livros não técnicos. Nas pesquisas realizadas nas diversas classes, no primeiro dia de aula, ficávamos impressionados com o reduzido número de alunos que respondia afirmativamente, levantando a mão, à pergunta oral - "quem lê jornais, habitualmente"?

Isto parecia-nos importante por duas razões principais:

- 1º) Avaliar o conhecimento que a classe possuía dos grandes problemas brasileiros, sempre focalizados e destacados em manchetes pela Imprensa;
- 2º) Avaliar em que medida deveria ser incentivada e motivada a leitura. A sabedoria popular já sentenciou que quem não lê, mal ouve, mal fala e mal escreve.

O item II desejava saber, em caso de resposta positiva, quais os assuntos preferidos da leitura. Esta análise nos permitiria saber se aqueles que responderam afirmativamente, com hábitos regulares de leitura, não se detinham apenas em outros tópicos, tais como esportes, crimes, histórias em quadrinhos, assuntos profissionais ou técnicos, etc. O que seria, naturalmente,

de pouca ajuda para a Disciplina.

No item 3 pesquisávamos a identificação dos principais problemas brasileiros, segundo o ponto de vista do aluno.

O item 5 visava saber quantos alunos já haviam lido a Constituição Federal e quantos gostariam de debatê-la nas aulas de EPB.

Os primeiros 5 itens poderiam informar-nos, pelo menos esta era a intenção, do grau de politização do aluno, qual o seu relacionamento e conhecimento da problemática brasileira.

É bem verdade que esses itens serviam também para despertar e motivar o aluno para as aulas que iriam receber.

Convém lembrar, a esta altura, que os primeiros questionários foram aplicados na fase de implantação da Disciplina, em que, além de desconhecimento ou de conhecimento deformado ou incompleto, havia, ainda, generalizada resistência, desconfiança e suspeição quanto aos reais objetivos de Estudo de Problemas Brasileiros, cuja introdução no currículo das escolas superiores fora tornada obrigatória em 69, por Decreto-lei do Triunvirato Militar que exercia a Presidência da República, após o afastamento por doença do Presidente Costa e Silva, e um ano após o AI-5.

Os itens 8 e 9 visavam trazer algum esclarecimento a respeito dos elevados índices de voto em branco e nulo nas eleições de 1970, bem como avaliar se a razão desta atitude estaria na adoção do voto indireto para os cargos de Presidente da República e de Governador de Estado.

O item 10 referia-se ao voto do analfabeto, procurando pesquisar se o universitário, evidentemente um privilegiado da população brasileira e um líder em potencial da nova geração, pensaria em relacionar a ausência do analfabeto no processo eleitoral, e se isto poderia contribuir para explicar o generalizado desinteresse popular pelas últimas eleições.

O item 11 pesquisava o eventual interesse em participar de um Centro Superior de Civismo, pois este organismo está mencionado expressamente no Decreto-lei 869/69, com sugestão e incentivo da Comissão Nacional de Moral e Civismo para sua criação e funcionamento em todas Escolas, de todos os níveis, inclusive Universidades.

O item 12 era de interesse limitado à organização do horário.

O item 13 foi incluído para dar ao pesquisado a oportunidade e a liberdade de se manifestar a respeito de qualquer outro assunto, ou de abordar outros aspectos dos itens anteriores.

Os Questionários Q¹ e Q² continham duas observações: inicialmente, solicitando a resposta com "seriedade, sinceridade e honestidade de propósitos"; e no final, de que as informações prestadas seriam sigilosas, "para efeito exclusivamente de pesquisa e estatística".

O Questionário Q⁴ - aplicado no início do primeiro semestre de 1974, é o próprio Q¹ e Q² com pequenas modificações, julgadas oportunas para explicitar melhor as perguntas, bem como para obter respostas mais específicas, em decorrência da análise dos questionários anteriormente aplicados.

Os Questionários Q³ e Q⁵ foram aplicados, respectivamente ao final do ano letivo de 1973 e de 1974. Ambos buscavam verificar, após um ano de aulas de EPB, quais os resultados obtidos e se as expectativas haviam se modificado.

Ambos os questionários incluíram um item, que ficou a critério de cada professor aplicar ou não - seria a opinião do aluno, livremente expressa, a respeito do professor e de suas aulas, enquanto professor de EPB.

Todos os professores, corajosamente, submeteram-se ao julgamento do corpo discente. Tratou-se, portanto, de um episódio único no ambiente universitário permitir que o aluno, com plena liberdade, manifestasse a sua opinião com referência ao professor, suas aulas e sua metodologia.

Os resultados, que serão apreciados no final, confirmaram nosso risco calculado. Mesmo porque desejávamos transmitir ao aluno que, na aula de Estudo de Problemas Brasileiros, o aluno goza de total liberdade na exposição de suas idéias.

Os Questionários Q³ e Q⁵ contam com os seguintes itens: após o Curso de EPB.

Item 1 - Você passou a se interessar mais pela leitura de jornais, revistas e livros ?

Desejava-se saber, assim, se aulas de PB poderiam ter modificado o hábito de leitura dos alunos, e em que medida.

Os itens 2 e 3 procuravam aquilatar se aulas de PB haviam provocado maior interesse e compreensão da realidade brasileira.

O item 4 discriminava os principais problemas da atualidade brasileira; buscava-se, assim, compará-lo com os resultados dos Questionários 1 e 2, respondidos quando o aluno acabava de ingressar na Universidade.

Os itens de 5 a 9 buscavam esclarecimentos a respeito do curso de PB; a opinião do aluno a respeito; as principais críti-

cas; as sugestões para melhorá-lo; se o número de aulas era, ou foi suficiente; e em que séries o Curso deveria ser ministrado, na opinião do aluno.

O último item, tanto do Q³ como do Q⁵, referia-se ao professor, suas aulas, sua metodologia, etc.

Também nesses questionários deixava-se ao critério do aluno assinar ou não assinar, identificar-se ou não.

Se por um lado desejávamos que o aluno se manifestasse livremente, por outro não desejávamos incutir no espírito do aluno que o anonimato é a forma adequada. Procurávamos, mesmo, na a apresentação do Questionário, condenar o anonimato, quando aplicado de forma irresponsável, lícito, no entanto, quando se referia à pesquisa de opinião.

Durante o 2º Semestre de 1974 e 1º Semestre de 1975 enviamos a todas unidades integrantes da V Região Administrativa do Estado de São Paulo (vide mapa) um Questionário PB II - visando colher informações referentes à Escola, bem como à Metodologia empregada em Estudo de Problemas Brasileiros, objeto principal dessa tese de doutorado.

A V Região compreende 37 unidades, sendo duas (2) Universidades - UNICAMP e PUCC - abrangendo, aproximadamente 50.000 a-lunos.

Como o Estado todo conta com 348 unidades, a pesquisa a-brangeu mais de 10% das existentes. Do ponto de vista estatístico, parece-nos suficiente, como técnica de amostragem.

Acrescente-se ainda que a pesquisa envolveu informações de várias universidades brasileiras e várias unidades do Estado não incluídas na V Região.

Tivemos, dessa forma, substancial informação para confrontar, testar e testemunhar aquelas resultantes da pesquisa.

A coerência ou compatibilização dessas informações nos permitiriam concluir ou extrapolar que os dados da V Região seriam válidos, quer para o Estado de São Paulo, quer para o Brasil.

Por outro lado, a nossa participação em vários congressos e Seminários, inclusive em fins de 1975, quando o MEC realizou no Rio de Janeiro, com o patrocínio da Universidade Gama Filho, o I Seminário de Avaliação de Estudo de Problemas Brasileiros, com a participação de representantes de quase todas as Universidades brasileiras, permitiu-nos um confronto de opiniões para verificar se os dados pesquisados estariam coerentes com aquelas informações.

Das 37 Unidades de Ensino Superior componentes da V Região

Administrativa, obtivemos as respostas de 23 unidades e das duas Universidades (UNICAMP e PUCC), o que eleva o número de unidades pesquisadas a vinte e cinco (25).

3. AS ENTREVISTAS

Considerando que a mera coleta das informações dos questionários poderia levar a conclusões erradas, por não haver um princípio diretivo utilizado nas respostas, procuramos complementar algumas informações realizando entrevistas com alguns alunos de cada classe.

Entrevistada meia centena de alunos, confirmaram-se algumas linhas básicas de conhecimento mais ou menos difuso.

O aluno tem um desinteresse preconcebido pela disciplina. Em alguns casos o desinteresse transforma-se em resistência e até em suspeição.

Entre as causas prováveis dessa atitude pudemos anotar:

1 - A maneira pela qual tiveram a Disciplina Educação Moral e Cívica e Organização Social do Brasil no ginásio e no Colégio (hoje escola de 1ª e de 2ª grau).

Foi constante a reclamação contra a falta de preparo dos professores e a maneira inadequada de ministrarem as aulas.

2 - O fato de a Disciplina ter sido implantada pela Revolução, através dos Ministros Militares.

É comum a alegação do aluno de que a disciplina visa fazer o elogio da Revolução e doutrinar o aluno.

Sob esses aspectos o professor é quase sempre visto como um "espião" do governo, um elemento da Revolução para fiscalizar as atitudes e opiniões dos alunos, com vistas a medidas coercitivas.

3 - A existência de bom número de professores provenientes do oficialato das Forças Armadas, a aumentar ainda mais esse grau de resistência.

4 - Outra causa da má vontade inicial do aluno encontra-se no fato de ter sido acrescentada mais uma Disciplina ao currículo e à carga horária, já tão pesados.

5 - O descontentamento do aluno crescia ainda por considerar a Disciplina EPB, não só "doutrinária", mas também sem qualquer interesse do ponto de vista da formação profissional, que condiciona toda a vida universitária.

6 - Que os assuntos objeto das aulas seriam escolhidos de molde

a defender e exaltar a ação governamental, minimizando ou mesmo ocultando seus pontos negativos.

É bem verdade, por outro lado, que, apesar do "desinteresse preconcebido" ou da "resistência" do aluno, quanto à Disciplina e quanto aos professores, pudemos anotar (através das entrevistas) e sentir (através de 6 anos de magistério nesse setor) que se processou mudança acentuada nessa atitude estudantil.

Vários confessaram, nas entrevistas e nas respostas aos questionários, que sua opinião, negativa e preconcebida de início, havia evoluído para uma aceitação positiva e até mesmo entusiástica das aulas e dos professores, reconhecendo ser a única aula em que tinham (e têm) liberdade de debater e discutir, perguntar e discordar, sobre qualquer assunto, dentro da Universidade.

Esta posição ficou bem patente quando, nos anos de 73 e 74, solicitamos que os alunos manifestassem, livremente, sua opinião a respeito das aulas e dos professores.

Das centenas de críticas (no sentido de avaliação) nenhuma só exorbitou ou ultrapassou o campo do respeito e das responsabilidades.

Muitas foram as críticas imaturas, muitas as procedentes, muitas as elogiosas, nenhuma desrespeitosa ou ofensiva.

A quase unanimidade reconhecia a competência, interesse e responsabilidade do professor, embora discordando de sua atuação e de sua orientação.

Nos anexos encontramos essas opiniões dos alunos quanto às aulas e quanto aos professores.

Uma síntese dessas entrevistas poderia assim ser expressa: as resistências foram se diluindo lentamente de 70 a 75, sendo que neste último ano a aceitação da Disciplina e a dos professores foi pacífica; Estudo de Problemas Brasileiros passou a ser considerado como qualquer outra Disciplina do currículo, com suas vantagens e desvantagens, suas virtudes e suas falhas.

Parece-nos, assim, que, a partir de 76, os professores de EPB encontrarão um ambiente mais receptivo e que as aulas poderão melhorar bastante, mercê da experiência de magistério acumulada e pela cobertura que os meios de divulgação vêm dando aos Problemas Brasileiros, abrangendo uma verdadeira integração Nacional.

4. OS DADOS-TESTEMUNHA

Preocupados em comparar os dados resultantes da amostragem da V Região com outros de fora da região, do Estado e do Brasil, anexamos as informações de numerosas Universidades brasileiras, de vários Estados, bem como da U.S.P. e de Escolas Superiores do Estado todo.

A comparação serviu para confirmar ou realçar os resultados obtidos na amostragem, levando à conclusão de que, provavelmente, a situação da região pesquisada representasse, com bastante aproximação, o que ocorre em média no Brasil todo.

5. INFORMAÇÕES DE SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

Procuramos ainda enriquecer a pesquisa com o material informativo colhido em vários seminários e congressos de que participamos, onde, não raro, as recomendações finais equivaliam a uma posição de concordância da maioria dos participantes; aquelas informações eram, portanto, de apoio geral.

Destacamos a contribuição do I Seminário de Avaliação de Estudo de Problemas Brasileiros, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 1975, sob o patrocínio do Conselho Federal de Educação e que contou com a efetiva participação de sete integrantes daquele colegiado, incluindo-se todos os componentes da Comissão de Educação Moral e Cívica.

6. TABULAÇÃO DOS RESULTADOS

De posse das respostas a esses cinco questionários (Q¹ - Q² - Q³ - Q⁴ e Q⁵), procedemos à tabulação dos resultados, que se encontram logo a seguir, classificados por itens e, às vezes, agrupados nos diferentes anos da pesquisa.

QUESTIONÁRIO - 1º semestre/72 - Q¹

(Responder com seriedade, sinceridade e honestidade de propósito. Não assinar nem identificar-se).

1. V. lê jornais? () Sim habitualmente () Às vezes ()
 revistas? () Sim habitualmente () Às vezes ()
 livros? () Sim habitualmente () Às vezes ()
 (não técnicos)

Indique alguns jornais, revistas e livros que lê habitualmente

2. Quais os assuntos preferidos?

2.1 -
 2.2 -
 2.3 -

3. Na sua opinião, quais os principais problemas brasileiros?

3.1 - 3.4 -
 3.2 - 3.5 -
 3.3 - 3.6 -

4. Quais os que V. gostaria de debater em aula?

4.1 - 4.2 - 4.3 -

5. V. já leu a Constituição Federal? Sim () Não ()
 Gostaria de discuti-la Sim () Não ()

6. V. teve Educação Moral e Cívica no Colégio? Qual a sua opinião a respeito?
 gostou () não gostou () foi útil () não foi útil ()

7. Qual a sua opinião a respeito da inclusão de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros) nas Universidades? Foi oportuna?
 Sim () Não ()

Como V. pensa que deveria ser desenvolvida?

8. V. é eleitor? Sim () Não () Já votou? Sim () Não ()
 Anulou o voto? Sim () Não () Votou em

- branco? Sim () Não ()
 9. V. é a favor do voto Direto? () Indireto? ()

10. V. é a favor () ou contra () o voto do analfabeto? Sendo a favor com restrições às eleições Municipais () Estaduais ()
 ou Federais () ?

11. V. gostaria de participar e colaborar num Centro Superior de Civismo? Sim () Não ()

12. V. gostaria de ter aulas de EPB no período noturno? Sim ()
 Não ()

13. Observações pessoais (que julgar convenientes)

Nota: Não assinar. Nem identificar-se. As informações aqui prestadas são sigilosas, para efeito exclusivamente de pesquisa e de estatística.

Utilize o verso se fôr necessário.

QUESTIONÁRIO - 1º semestre/73 - Q²

(Responder com seriedade, sinceridade e honestidade de propósito. Não assinar nem identificar-se).

1. V. lê jornais? () Sim. Habitualmente () Às vezes ()
 revistas? () Sim. Habitualmente () Às vezes ()
 livros? () Sim. Habitualmente () Às vezes ()
 (Não técnicos)
 Indique alguns jornais, revistas e livros que lê habitualmente.....
2. Quais os assuntos preferidos?
 2.1 -
 2.2 -
 2.3 -
3. Na sua opinião, quais os principais problemas brasileiros?
 3.1 - 3.4 -
 3.2 - 3.5 -
 3.3 - 3.6 -
4. Quais os que V. gostaria de debater em aula?
 4.1 - 4.2 - 4.3 -
5. V. já leu a Constituição Federal? Sim () Não ()
 Gostaria de discutí-la Sim () Não ()
6. Onde completou o 2º grau? Nome da cidade
 Em que ano? Estado.....
7. Qual a sua opinião a respeito da inclusão de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros) nas Universidades? Foi oportuna? Sim ()
 Como V. pensa que deveria ser desenvolvido? Não ()

8. V. é eleitor? Sim () Não () Já votou? Sim () Não ()
 Anulou o voto? Sim () Não () Votou em
 branco? Sim () Não ()
9. V. é a favor do voto Direto? () Indireto? ()
10. V. é a favor () ou contra () o voto do analfabeto? Sendo a favor com restrições às eleições Municipais () Estaduais ()
 Federais ()
11. V. gostaria de participar e colaborar num Centro Superior de Civismo? Sim () Não ()
12. V. gostaria de ter aulas de EPB no período noturno? Sim ()
 Não ()
13. Observações pessoais (que julgar convenientes)

14. De onde vem?

Nota: As informações aqui prestadas são sigilosas, para efeito exclusivamente de pesquisa e de estatística. Não assinar. Nem identificar-se.

Utilize o verso se fôr necessário.

QUESTIONÁRIO - 2º semestre/73 - q³

Favor responder com seriedade, sinceridade, inteira liberdade e honestidade de prósitos. Não assinar, nem identificar-se.

Após o Curso de E.P.B.

1. V. passou a se interessar mais pela leitura de:

Jornais?	Sim ()	Não ()
Revistas?	Sim ()	Não ()
Livros?	Sim ()	Não ()
2. V. passou a se interessar mais pela Realidade Brasileira?

Sim ()	Não ()
---------	---------
3. V. passou a compreender melhor essa Realidade Brasileira?

Sim ()	Não ()
---------	---------
4. Na sua opinião, quais os principais problemas da atualidade brasileira?

1 -	4 -
2 -	5 -
3 -	6 -
5. Qual a sua opinião a respeito do curso:

Bom ()	Regular ()	Mau ()
---------	-------------	---------
6. Quais as suas principais críticas ao curso de E.P.B. em 73?
7. Quais seriam suas sugestões referentes à melhoria do desenvolvimento do curso?

1 -
2 -
3 -
4 -
5 -
6 -
8. O número de aulas do curso é suficiente? Sim () Não ()
9. Em que séries você acha que o Curso deve ser ministrado?

todas as séries ()	nas duas primeiras ()
1ª e última ()	nas duas últimas ()
só na 1ª ()	só na última ()

Exponha as razões que desejar

.....

.....

.....

.....

QUESTIONÁRIO - 1º semestre/74 - Q⁴

(Responder com seriedade, sinceridade e honestidade de propósito. Não assinar, nem identificar-se).

1. V. lê jornais? Sim..... Habitualmente..... Às vezes.....
 revistas? Sim..... Habitualmente..... Às vezes.....
 livros? Sim..... Habitualmente..... Às vezes.....
 (Não técnicos)
 Indique alguns jornais, revistas e livros que lê habitualmente.....

2. Quais os assuntos preferidos?
 2.1 -
 2.2 -
 2.3 -
3. Na sua opinião, quais os principais problemas brasileiros?
 3.1 - 3.4 -
 3.2 - 3.5 -
 3.3 - 3.6 -
4. Quais os que V. gostaria de debater em aula?
 4.1 4.2 - 4.3 -
5. V. já leu a Constituição Federal? Sim..... Não.....
 Gostaria de discutí-la? Sim..... Não.....
6. Onde completou o 2º grau? Nome da cidade.....
 Escola particular..... Estado.....
 Escola oficial.....
7. Você recebeu aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política? Sim..... Não.....
 7.1 Qual a sua opinião a respeito?
 As aulas foram: ótimas... boas... regulares... sofríveis...
 7.2 E os professores? Bons.... regulares.... sofríveis....
8. Qual a sua opinião a respeito da inclusão de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros) nas Universidades? Foi oportuna?
 Sim Não....
 Como V. pensa que deveria ser desenvolvida?

9. V. gostaria de participar e colaborar num Centro Superior de Civismo? Sim.... Não....
10. V. gostaria de ter aulas de EPB no período noturno?
 Sim.... Não....
11. Observações pessoais (que julgar convenientes)

Nota: Não assinar, nem identificar-se, salvo se desejar. As informações aqui prestadas são sigilosas, para efeito exclusivamente de pesquisa e estatística.

Utilize o verso se fôr necessário.

QUESTIONÁRIO - 2º semestre/74 - Q⁵

Favor responder com seriedade, inteira liberdade e honestidade de de propósitos. Assinar ou identificar-se, só se desejar.

Após o Curso de E.P.B. em 74.

1. O que pensava a respeito de E.P.B., antes do curso?
2. O que pensa depois? Coincidem as idéias?
3. V. passou a se interessar mais pela leitura de jornais e revistas? Sim () Não ()
4. V. passou a se interessar mais pela Realidade Brasileira? Sim () Não ()
5. Na sua opinião quais são os principais problemas brasileiros?

1) _____	4) _____
2) _____	5) _____
3) _____	6) _____
6. Quais são os Objetivos Nacionais Permanentes prioritários?

1) _____
2) _____
3) _____
7. A leitura da Constituição foi útil? Sim () Não ()
8. O nº de aulas semanais de E.P.B. é suficiente? Sim () Não ()
9. Em que séries V. acha que E.P.B. deveria ser ministrada?

Todas as séries ()	Na 1ª e última ()
Só na 1ª ()	Nas duas 1ªs ()
Só na última ()	Nas duas últimas ()

Justificar, se desejar, no verso.
10. Qual a sua opinião a respeito de E.P.B. em 1974?

Ótima ()	Boa ()	Regular ()	Má ()	Sofrível ()
-----------	---------	-------------	--------	--------------
11. V. vê vantagens nas aulas de E.P.B.? Sim () Não ()
Quais? _____
12. V. vê desvantagens? Sim () Não () Quais? _____
13. Apresente as críticas e sugestões que desejar, justificando-as, se julgar conveniente.
14. O professor.

(Utilizar o verso, se necessário).

UNICAMP e PUCC

1972 = Q1 - 1º Semestre = 776 alunos

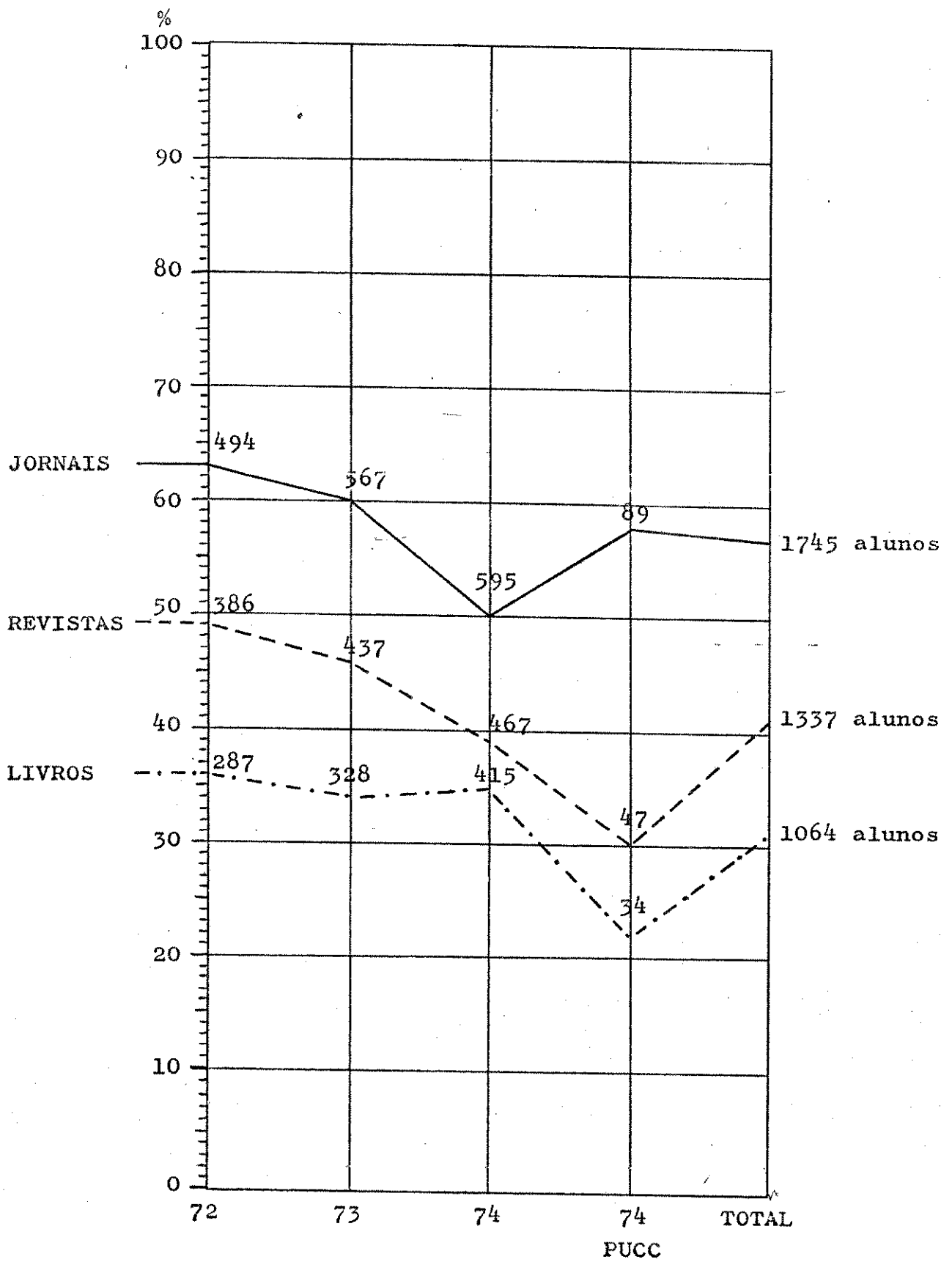
1973 = Q2 - 1º Semestre = 941 "

1974 = Q4 - 1º Semestre = 1338 al. Nº DE ALUNOS E PERCENTAGEM

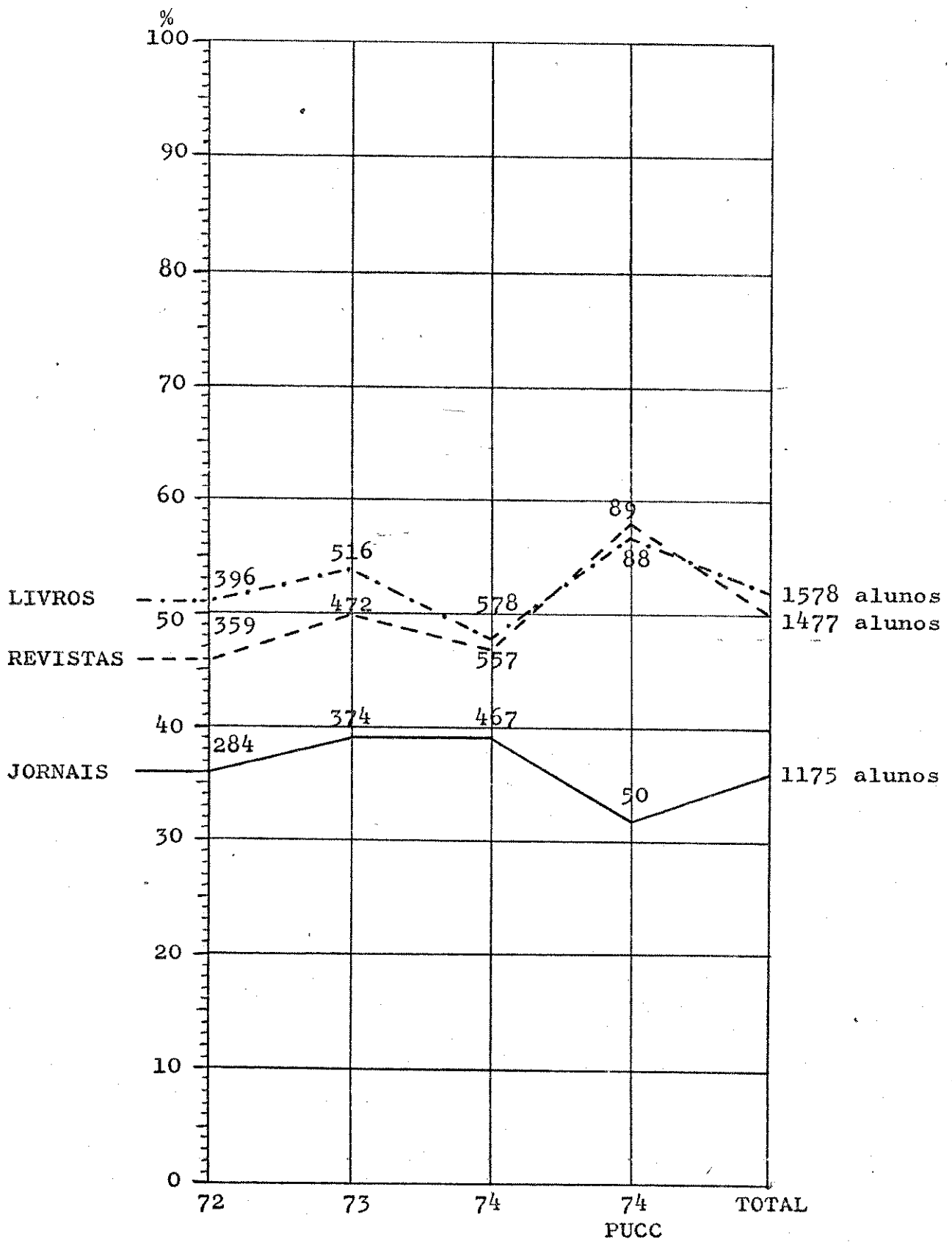
1. LÊM HABITUALMENTE										
	1972		1973		1974		1974		TOTAL DE ALUNOS %	
JORNAIS	494	63%	567	60%	595	50%	89	58%	1745	57%
REVISTAS	386	49%	437	46%	467	39%	47	30%	1337	41%
LIVROS	287	36%	328	34%	415	35%	34	22%	1064	31%
PUCC										

LÊM AS VEZES										
	1972		1973		1974		1974		TOTAL DE ALUNOS %	
JORNAIS	284	36%	374	39%	467	39%	50	32%	1175	36%
REVISTAS	359	46%	472	50%	557	47%	89	58%	1477	50%
LIVROS	396	51%	516	54%	578	48%	88	57%	1578	52%
PUCC										

1. LÊEM HABITUALMENTE



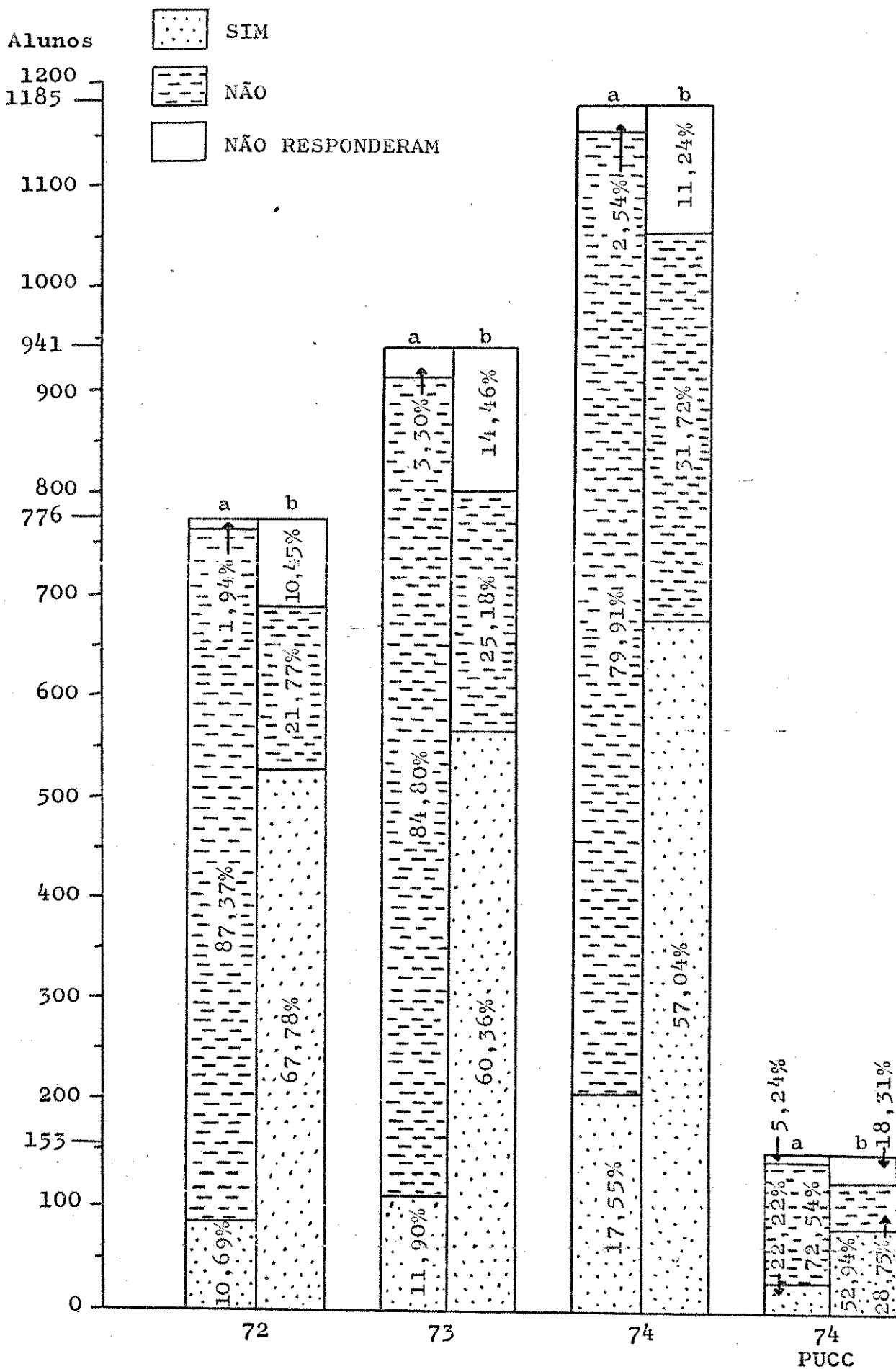
LÊEM AS VEZES



5. VOCÊ JÁ LEU A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ?						
	SIM		NÃO		NÃO RESPONDERAM	
1972	83	10,69%	678	87,37%	15	1,94%
1973	112	11,90%	798	84,80%	31	3,30%
1974	208	17,55%	947	79,91%	30	2,54%
1974 PUCC	34	22,22%	111	72,54%	08	5,24%
TOTAL	437	15,59%	2534	81,15%	84	3,26%

GOSTARIA DE DISCUTÍ-LA ?						
	SIM		NÃO		NÃO RESPONDERAM	
1972	526	67,78%	169	21,77%	81	10,45%
1973	568	60,36%	237	25,18%	136	14,46%
1974	676	57,04%	376	31,72%	133	11,24%
1974 PUCC	81	52,94%	44	28,75%	28	18,31%
TOTAL	1851	59,53%	826	26,85%	378	13,62%

5. a) VOCÊ JÁ LEU A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ?
b) GOSTARIA DE DISCUTÍ-LA ?



6. VOCÊ TEVE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO COLÉGIO ? QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO ?					
Q ²		1972		776 ALUNOS	
GOSTARAM	NÃO GOSTARAM	ÚTIL	INÚTIL	NÃO TIVERAM	NÃO RESPONDERAM
150	182	176	85	119	64
19,32%	23,45%	22,68%	10,95%	15,35%	8,25%

7. VOCÊ RECEBEU AULAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL POLÍTICA ?						
Q ⁴		1338 ALUNOS				
		SIM		NÃO		EM BRANCO
1974		1015	85,65%	166	14,00%	04
1974 PUC		136	88,88%	17	11,12%	-
TOTAL		1151	87,26%	183	12,56%	04

7.1 - QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DAS AULAS ?									
Q ⁴		1974						* PUC ** TOTAL	
ÓTIMAS		BOAS		REGULARES		SOFRÍVEIS		EM BRANCO	
52	4,39%	244	20,59%	461	38,90%	263	22,19%	165	13,93%
* 15	9,80%	48	31,57%	58	37,90%	15	9,80%	17	11,13%
** 67	7,09%	292	25,98%	519	38,40%	278	15,99%	182	12,54%

7.2 - QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DOS PROFESSORES ?								
Q ⁴								
		BONS		REGULARES		SOFRÍVEIS		EM BRANCO
1974		258	21,78%	521	43,96%	216	18,22%	190
1974 PUC		51	33,33%	73	47,71%	12	7,84%	17
TOTAL		309	27,55%	594	45,83%	228	13,04%	207

QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DA INCLUSÃO DE E.P.B. NAS UNIVERSIDADES ? FOI OPORTUNA ?

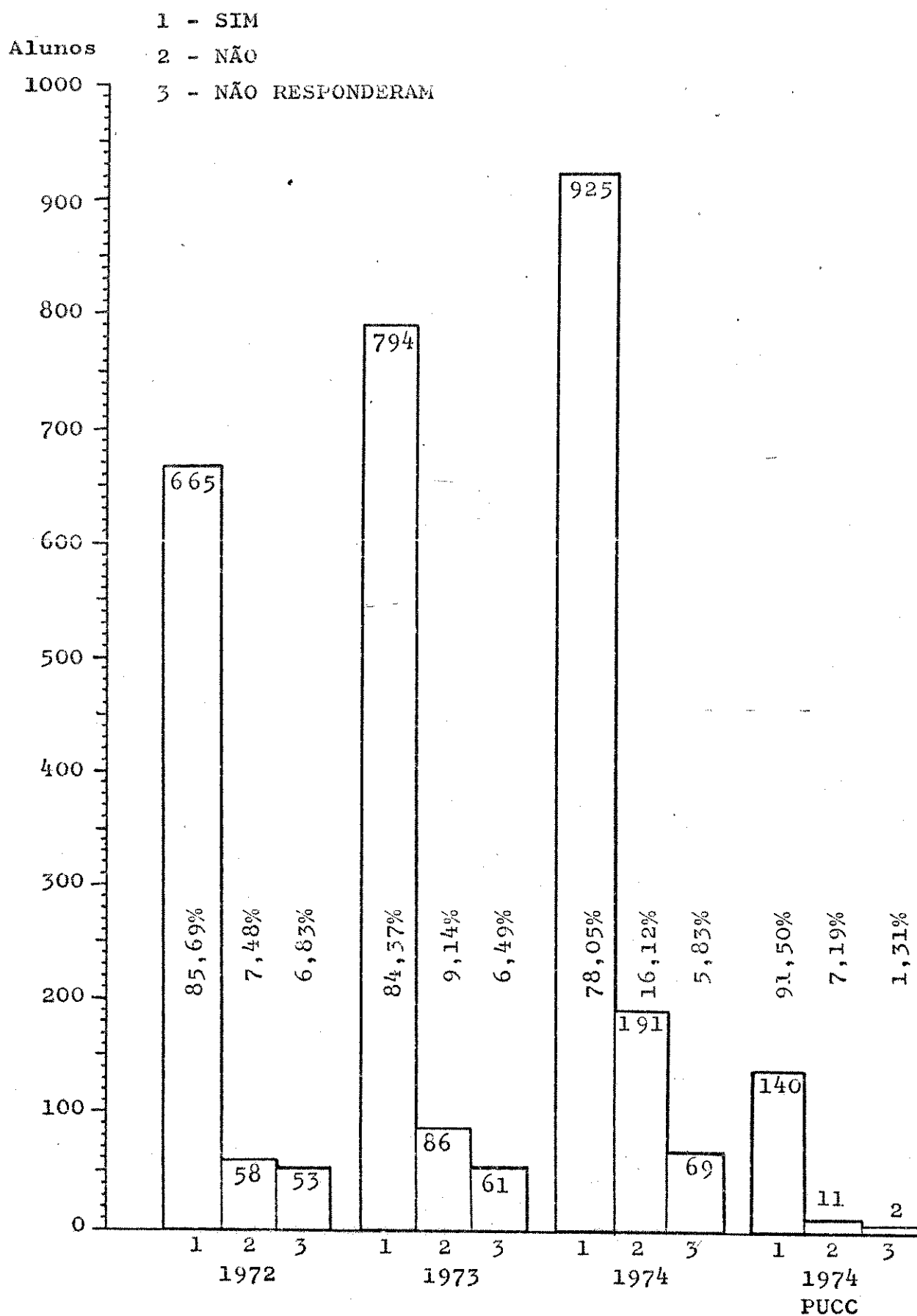
7. Q1 e Q2

8. Q4

	SIM		NÃO		NÃO RESPONDERAM	
1972	665	85,69%	58	7,48%	53	6,83%
1973	794	84,37%	86	9,14%	61	6,49%
1974	925	78,05%	191	16,12%	69	5,83%
1974 PUCC	140	91,50%	11	7,19%	02	1,31%
TOTAL	2524	84,90%	346	9,98%	185	5,12%

7. q¹ e q² 8. q⁴

QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DA INCLUSÃO DE E.P.B. NAS UNI
VERSIDADES ? FOI OPORTUNA ?



8. VOCÊ É ELEITOR ? 1717 alunos						
Q ¹ e Q ²						
	SIM		NÃO		EM BRANCO	
1972	674	86,86%	102	13,14%	-	-
1973	840	89,26%	99	10,53%	02	0,21%
TOTAL	1514	88,07%	201	11,83%	02	0,10%

JÁ VOTOU ?						
	SIM		NÃO		EM BRANCO	
1972	383	49,35%	295	38,01%	98	12,64%
1973	713	75,77%	190	20,19%	38	4,04%
TOTAL	1096	62,56%	485	29,10%	136	8,34%

ANULOU O VOTO ? * Achrom que seus votos foram anulados								
	SIM		NÃO		EM BRANCO		*	
1972	-	-	-	-	-	-	45	5,79%
1973	80	8,50%	569	60,46%	292	31,04%	-	
TOTAL	80		569		292		45	

VOTOU EM BRANCO ?						
	SIM		NÃO		EM BRANCO	
1972	56	7,21%	-		-	
1973	55	5,84%	538	57,18%	348	36,98%
TOTAL	111	6,52%	538		348	

11. VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR E COLABORAR NUM CENTRO SUPERIOR DE CIVISMO ?						
	SIM		NÃO		EM BRANCO	
1972	326	42,01%	379	48,84%	71	9,15%
1973	319	33,90%	517	54,94%	105	11,16%
1974	289	24,39%	788	66,49%	108	9,12%
1974 PUCC	76	49,67%	70	45,75%	07	4,58%
TOTAL	1010	37,49%	1754	54,00%	291	8,51%

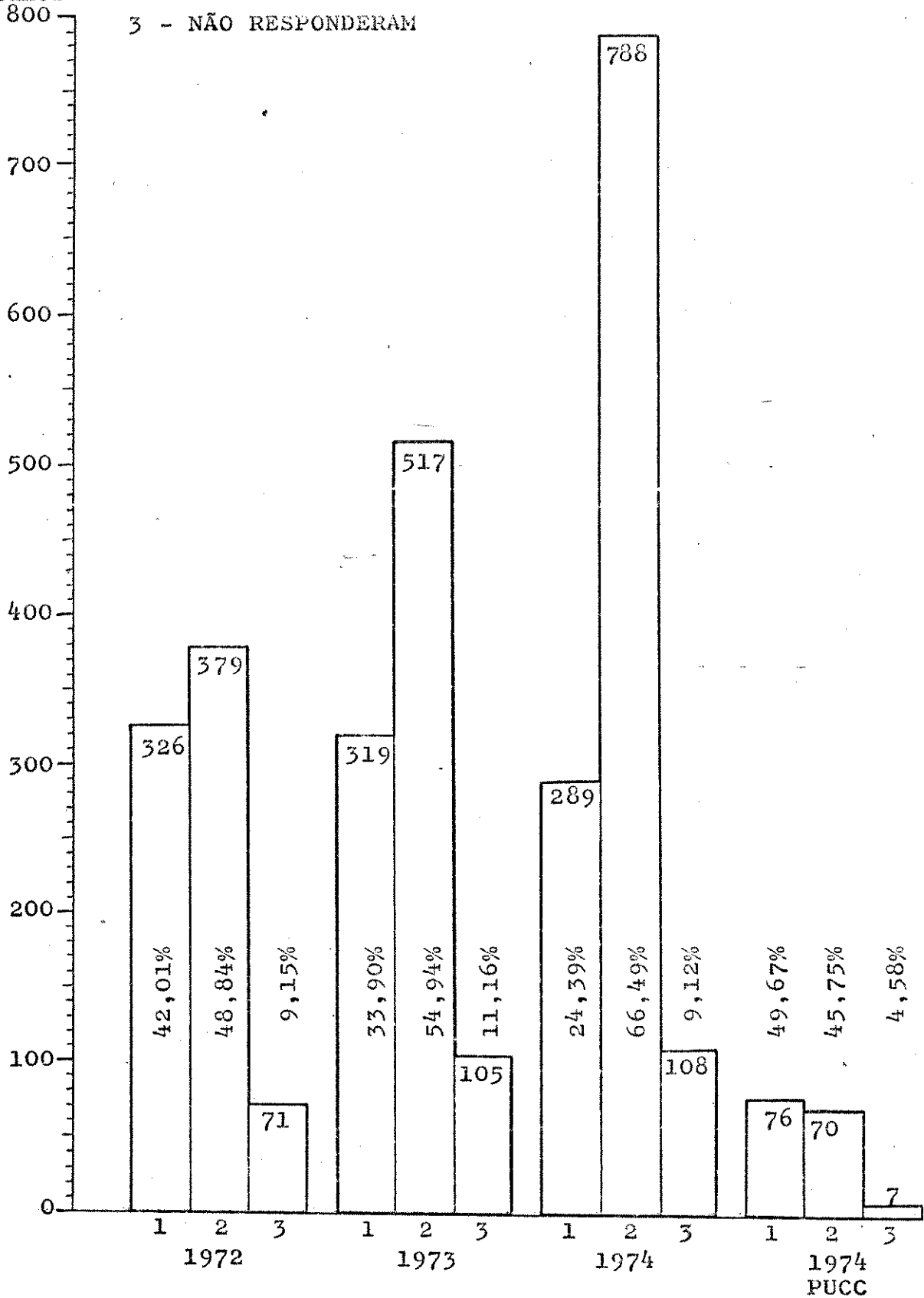
11. Q¹ e Q² 9. Q⁴VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR E COLABORAR NUM CENTRO SUPERIOR
DE CIVISMO ?

1 - SIM

2 - NÃO

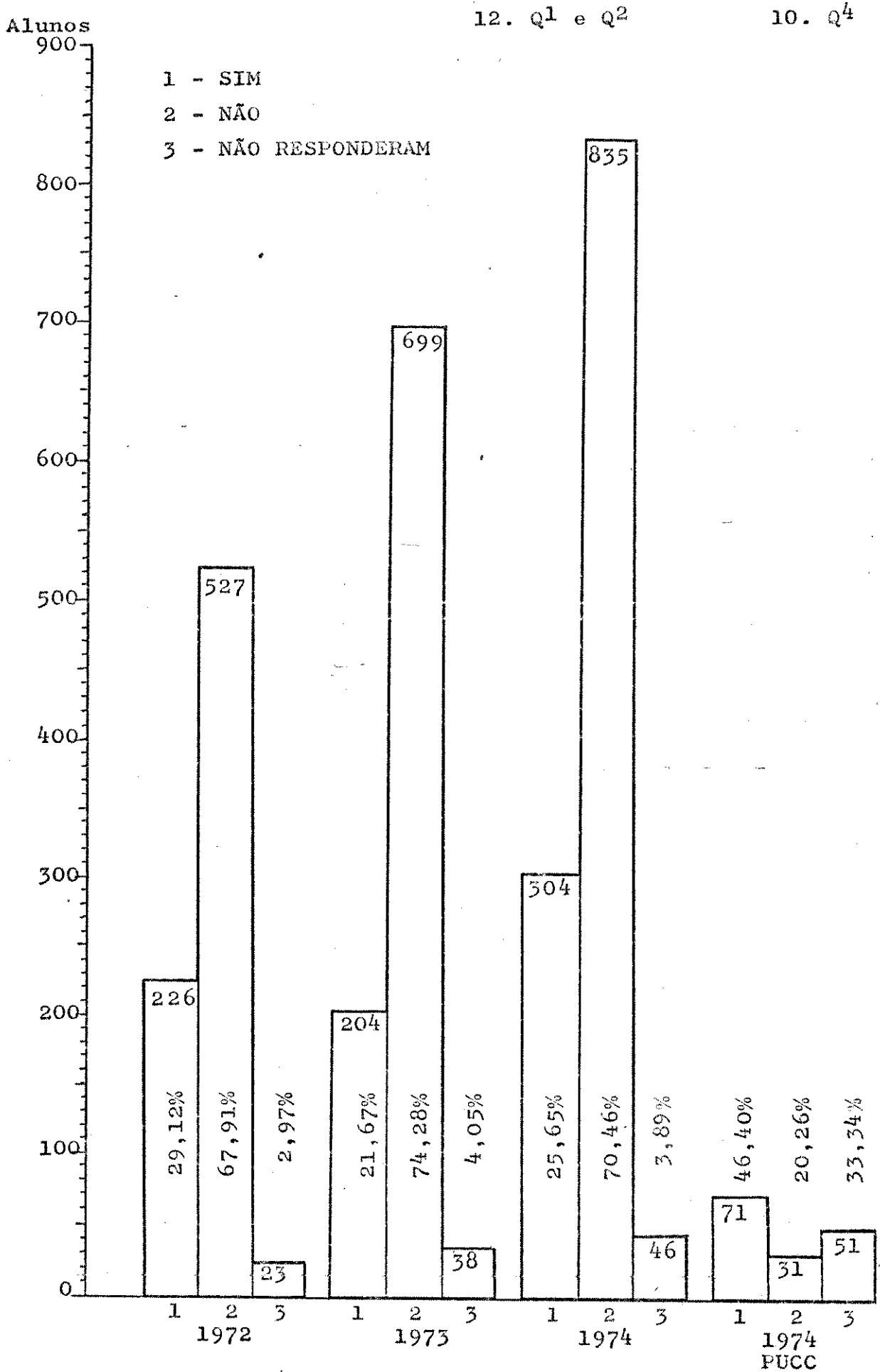
3 - NÃO RESPONDERAM

Alunos



12. VOCÊ GOSTARIA DE TER AULAS DE E.P.B. NO PERÍODO NOTURNO ?						
12. Q ¹ e Q ² 10. Q ⁴						
	SIM		NÃO		EM BRANCO	
1972	226	29,12%	527	67,91%	23	2,97%
1973	204	21,67%	699	74,28%	38	4,05%
1974	304	25,65%	835	70,46%	46	3,89%
1974 PUCC	71	46,40%	31	20,26%	51	33,34%
TOTAL	805	30,71%	2092	58,22%	158	11,07%

VOCÊ GOSTARIA DE TER AULAS DE E.P.B. NO PERÍODO NOTURNO ?



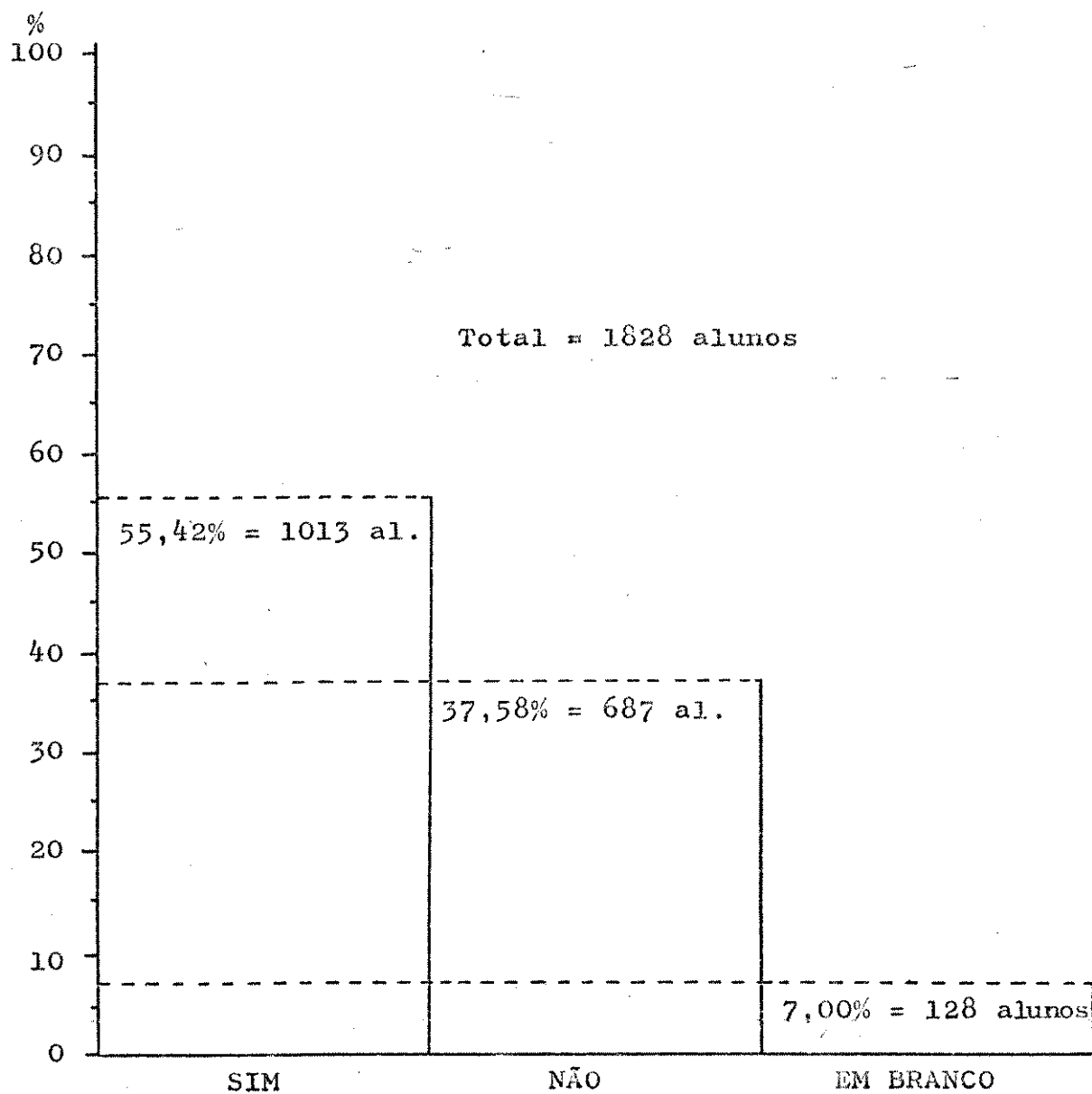
[illegible]

U N I C A M P

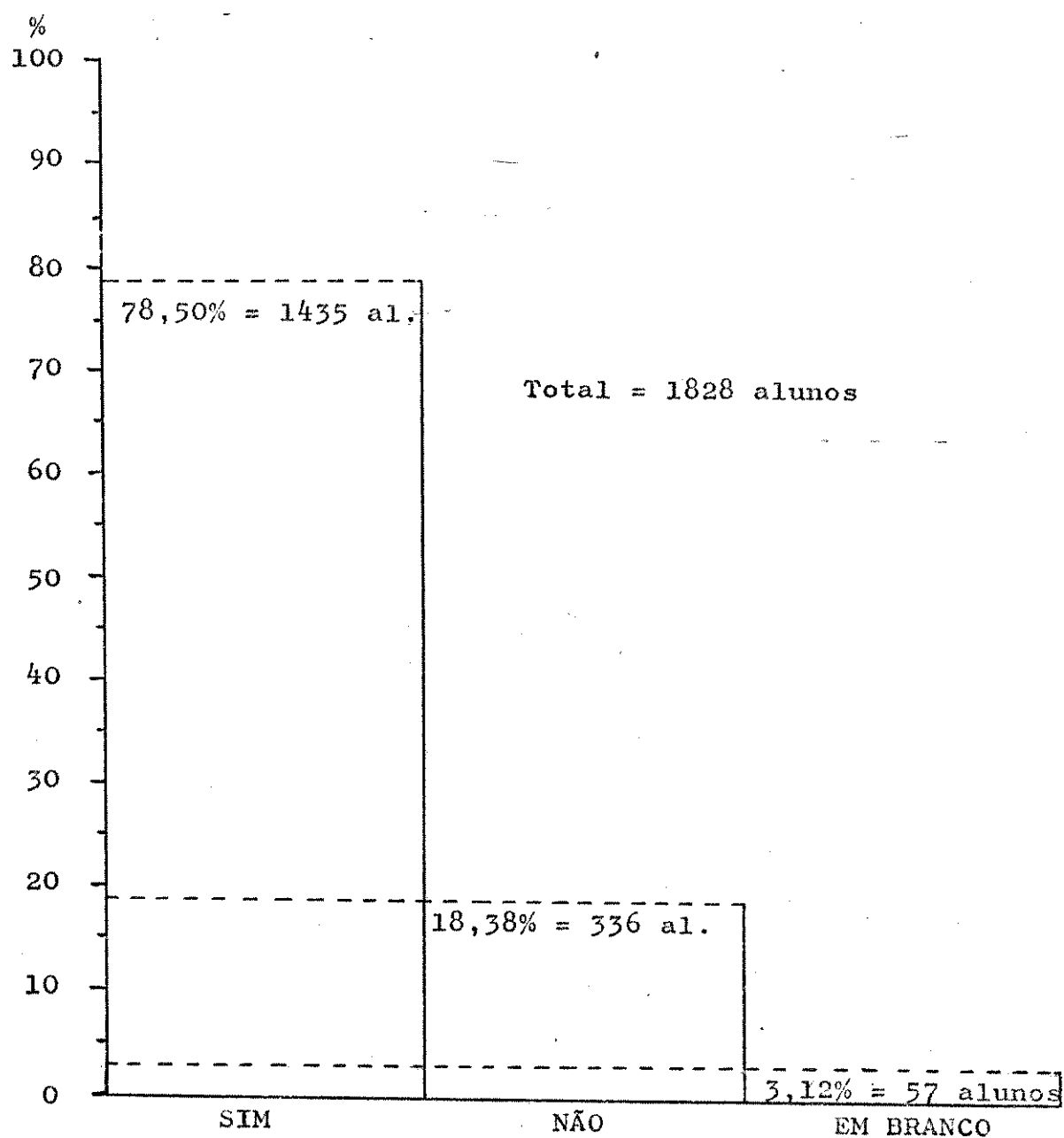
Q³ - 2º SEMESTRE/73 + Q⁵ - 2º SEMESTRE/74

Total de alunos e percentagem.

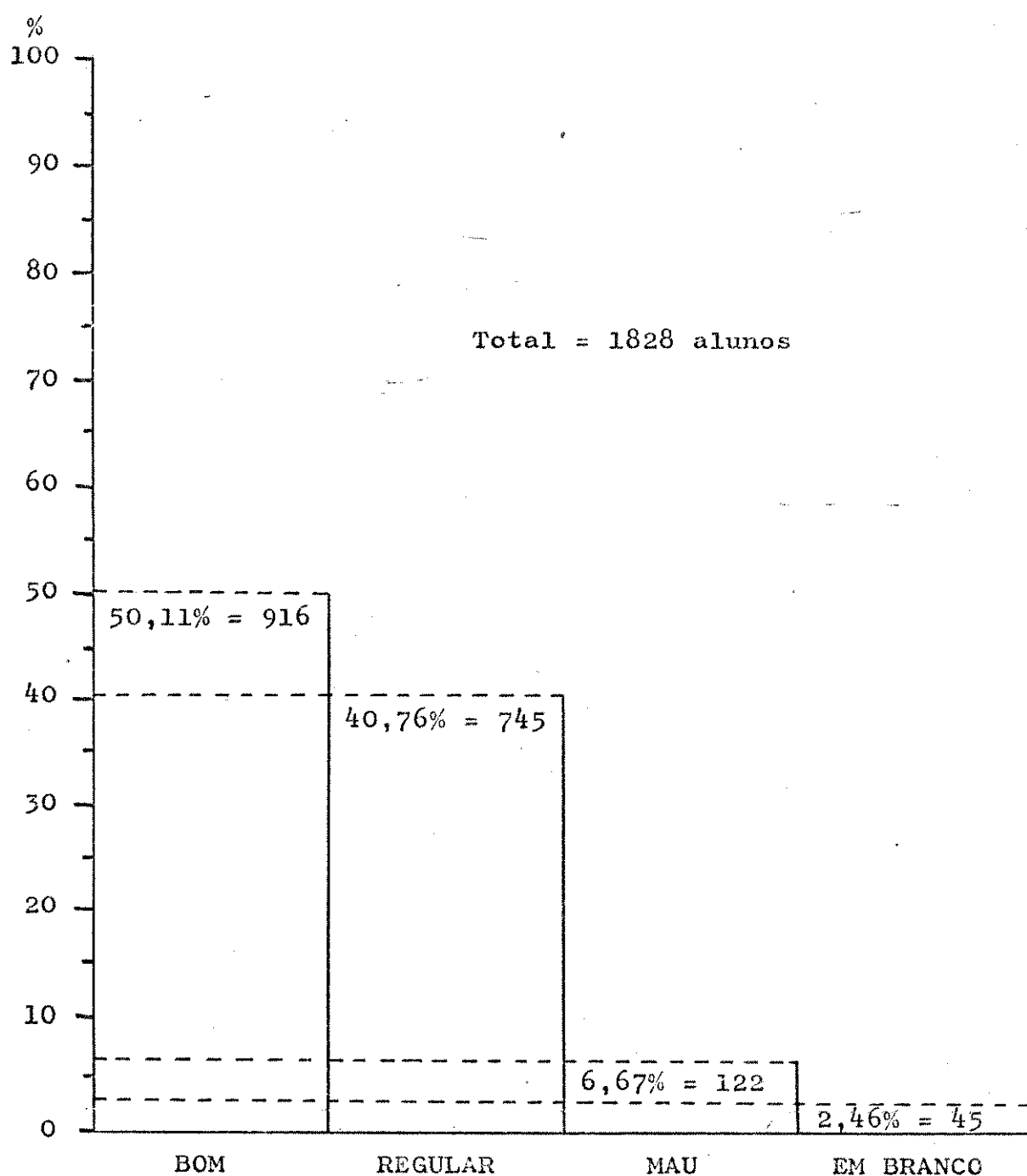
1. Q ³ 3. Q ⁵ VOCÊ PASSOU A SE INTERESSAR MAIS PELA LEITURA DE JORNAIS E REVISTAS ?						
SIM		NÃO		EM BRANCO		Nº DE ALUNOS
1013	55,42%	687	37,58%	128	7,00%	1828



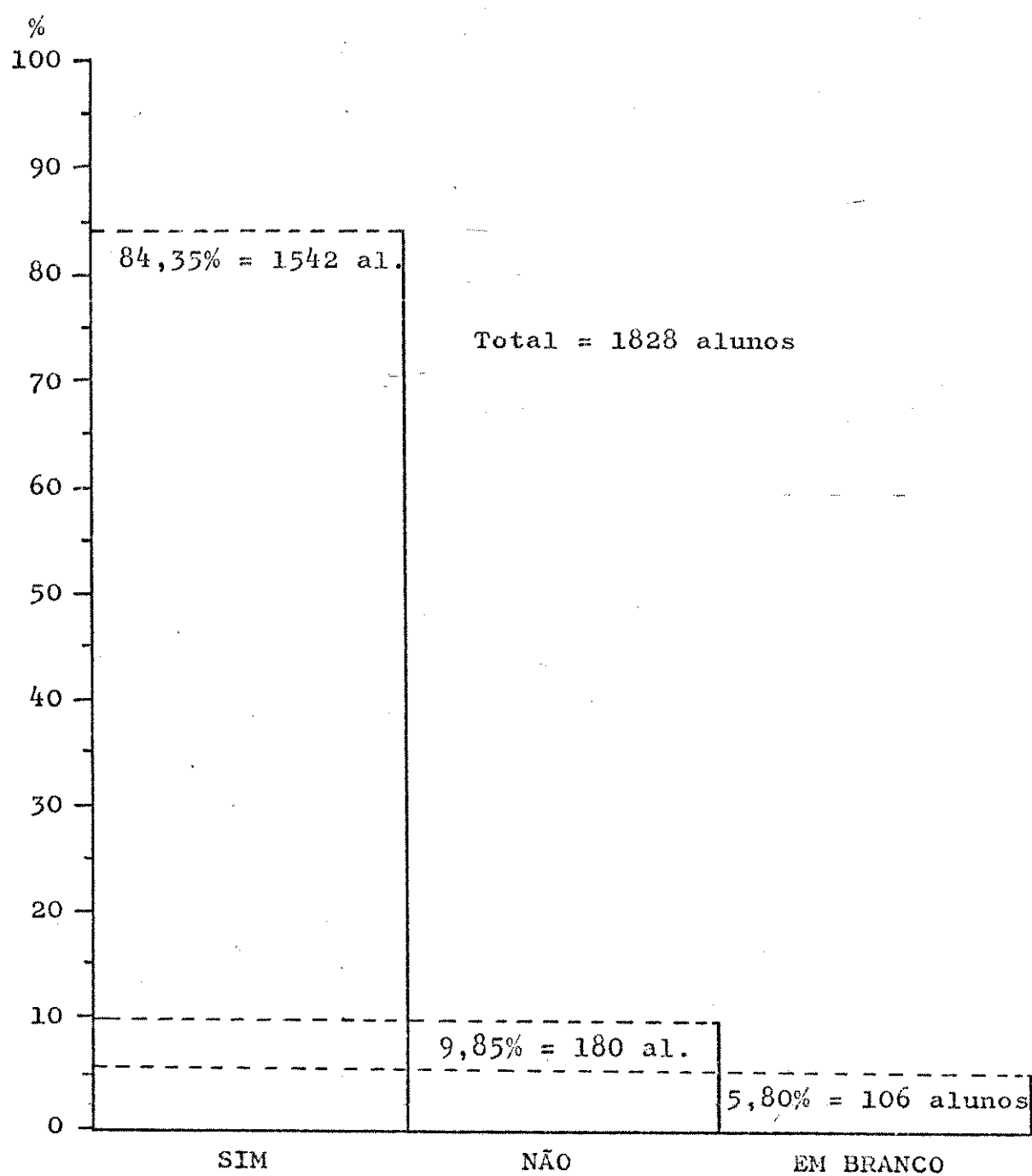
2. Q ³ 4. Q ⁵ VOCÊ PASSOU A SE INTERESSAR MAIS PELA REALIDADE BRASILEIRA ?						
SIM		NÃO		EM BRANCO		Nº DE ALUNOS
1435	78,50%	336	18,38%	57	3,12%	1828



5. Q ³ 10. Q ⁵ QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DO CURSO ?				
BOM	REGULAR	MAU	EM BRANCO	Nº DE ALUNOS
916	745	122	45	1828
50,11%	40,76%	6,67%	2,46%	



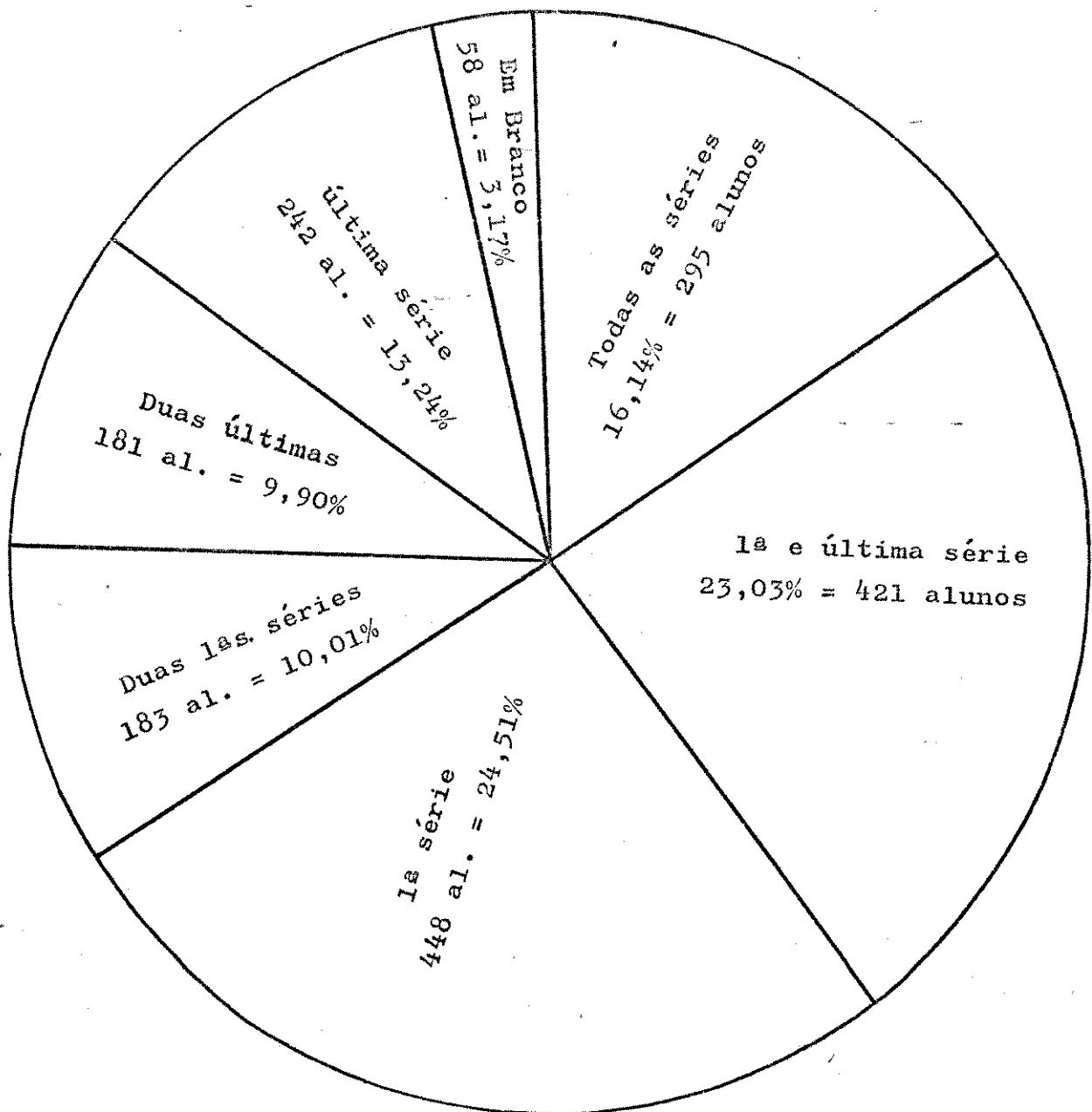
Q ³ e Q ⁵ 8. O NÚMERO DE AULAS É SUFICIENTE ?						
SIM		NÃO		EM BRANCO		Nº DE ALUNOS
1542	84,35%	180	9,85%	106	5,80%	1828



Q³ e Q⁵

9. EM QUE SÉRIES VOCÊ ACHA QUE O CURSO DEVE SER MINISTRADO ?

Todas as séries	1ª e última	1ª	Duas 1as.	Duas últimas	última	Em Branco	Nº de Alunos
295	421	448	183	181	242	58	1828
16,14%	23,03%	24,51%	10,01%	9,90%	13,24%	3,17%	



R E S U M O

UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA V REGIÃO ADMINISTRATIVA

34 Faculdades	{	37 Unidades	2 Universidades	{	UNICAMP e FUCC
1 Escola					
2 Institutos					

5. REGIÃO DE CAMPINAS

5.1 - SUB-REGIÃO DE CAMPINAS

AMERICANA

Instituto de Ciências Sociais de Americana

AMPARO

Faculdade de Ciências e Letras "Plínio Augusto Amaral"

CAMPINAS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCC

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

CAPIVARI

Faculdade de Administração de Capivari

MOGI-MIRIM

Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Mogi-Mirim

5.2 - SUB-REGIÃO DE PIRACICABA

PIRACICABA

Escola de Engenharia de Piracicaba

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas

Faculdade de Comunicação

Faculdade de Direito

Faculdade de Educação de Piracicaba

Faculdade de Educação Física

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Faculdade de Serviço Social de Piracicaba

5.3 - SUB-REGIÃO DE LIMEIRA

LIMEIRA

Instituto Superior de Ciências Aplicadas

PIRASSUNUNGA

Faculdade de Agrimensura de Pirassununga

5.4 - SUB-REGIÃO DE RIO CLARO

RIO CLARO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro
 Faculdade de Ciências Contábeis de Rio Claro

5.5 - SUB-REGIÃO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PINHAL

Faculdade de Administração de Pinhal
 Faculdade de Agronomia e Zootecnia "Manoel Carlos Gonçalves"
 Faculdade de Direito de Pinhal

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Faculdade de Ciências Econômicas
 Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de São
 João da Boa Vista
 Faculdade de Direito de São João da Boa Vista
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

5.6 - SUB-REGIÃO DE CASA BRANCA

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do
 Rio Pardo

5.7 - SUB-REGIÃO DE JUNDIAÍ

ITATIBA

Faculdade de Engenharia Industrial e Civil de Itatiba
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itatiba

JUNDIAÍ

Faculdade de Medicina de Jundiaí
 Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Adminis-
 tração de Empresas "Padre Anchieta"
 Faculdade de Ciências e Letras "Padre Anchieta"
 Faculdade de Direito "Padre Anchieta"
 Faculdade de Educação "Padre Anchieta"

5.8 - SUB-REGIÃO DE BRAGANÇA PAULISTA

ATIBAIA

Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis de Atibaia

BRAGANÇA PAULISTA

Faculdade Bandeirante de Medicina
 Faculdade Bandeirante de Odontologia
 Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrati-
 vas da Região Bragantina
 Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista
 Faculdade de Direito de Bragança Paulista

23 UNIDADES - 5ª REGIÃO

1424 ALUNOS

1. LÊM HABITUALMENTE				
	1974		EM BRANCO	
JORNAIS	671	47,12%	06	0,42%
REVISTAS	461	32,37%	12	0,84%
LIVROS	308	21,62%	12	0,84%

LÊM AS VEZES				
	1974		EM BRANCO	
JORNAIS	614	43,11%	137	9,62%
REVISTAS	752	52,80%	129	9,05%
LIVROS	657	46,13%	102	7,16%

5. VOCÊ JÁ LEU A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
402	28,23%	978	68,67%	44	3,10%

GOSTARIA DE DISCUTÍ-LA ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
838	58,84%	352	24,71%	234	16,45%

7. VOCÊ RECEBEU AULAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL POLÍTICA ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
1250	87,78%	172	12,08%	02	0,14%

QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DOS PROFESSORES ?							
BONS		REGULARES		SOFRÍVEIS		EM BRANCO	
525	36,88%	612	42,97%	105	7,37%	182	12,78%

8. QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DA INCLUSÃO DE E.P.B. NAS UNIVERSIDADES ?					
OPORTUNA		INOPORTUNA		EM BRANCO	
1317	92,50%	69	4,84%	38	2,66%

9. VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR E COLABORAR NUM CENTRO SUPERIOR DE CIVISMO ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
811	56,96%	508	35,67%	105	7,37%

10. VOCÊ GOSTARIA DE TER AULAS DE E.P.B. NO PERÍODO NOTURNO ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
1013	71,14%	339	23,80%	72	5,06%

UNIDADES PESQUISADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
FORA DA V REGIÃO

1. Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto
2. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P.
3. Universidade Federal de São Carlos

UNIDADES PESQUISADAS
FORA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Universidade Federal da Bahia
2. Universidade do Estado da Guanabara

5 U N I D A D E S

N Ã O P E R T E N C E N T E S A 5ª R E G I Ã O

278 ALUNOS

1. LÊEM HABITUALMENTE		
JORNAIS	148	53,25%
REVISTAS	110	39,56%
LIVROS	113	40,64%

LÊEM AS VEZES				
	1974		EM BRANCO	
JORNAIS	117	42,08%	10	3,59%
REVISTAS	142	51,07%	12	4,31%
LIVROS	129	46,40%	17	6,11%

5. VOCÊ JÁ LEU A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ?

1974

SIM		NÃO		EM BRANCO	
56	20,16%	211	75,89%	11	3,95%

GOSTARIA DE DISCUTÍ-LA ?

SIM		NÃO		EM BRANCO	
149	53,59%	75	26,99%	54	19,42%

7. VOCÊ RECEBEU AULAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL POLÍTICA ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
205	73,74%	71	25,53%	02	0,73%

QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DOS PROFESSORES ?							
BONS		REGULARES		SOFRÍVEIS		EM BRANCO	
55	19,80%	113	40,64%	38	13,66%	72	25,90%

QUAL A SUA OPINIÃO QUANTO AS AULAS ?				
ÓTIMAS	BOAS	REGULARES	SOFRÍVEIS	EM BRANCO
14	54	85	55	70
5,03%	19,44%	30,58%	19,78%	25,17%

8. QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DA INCLUSÃO DE E.P.B. NAS UNIVERSIDADES ?					
OPORTUNA		INOPORTUNA		EM BRANCO	
237	85,25%	26	9,35%	15	5,40%

9. VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR E COLABORAR NUM CENTRO SUPERIOR DE CIVISMO ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
114	41,00%	138	49,64%	26	9,36%

10. VOCÊ GOSTARIA DE TER AULAS DE E.P.B. NO PERÍODO NOTURNO ?					
SIM		NÃO		EM BRANCO	
116	41,74%	148	53,23%	14	5,03%

V. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
DOS RESULTADOS

CAPÍTULO V

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS Q¹, Q² e Q⁴

Procedida a tabulação dos resultados, abrangendo a pesquisa dos anos 72/73 e 74 (Questionários Q¹ - Q² e Q⁴) podemos, agora, tentar a interpretação dos resultados.

Pensamos em nos deter com maior cuidado em determinados itens, considerados pontos-chave, pois muitos outros serviram apenas de introdução, ou tentativa de destacar aqueles outros, simplesmente tendo sido incluídos para levar o aluno a um processo lógico e orientado de proceder às respostas. Estes itens menos inportantes, por si próprios, servem, também, de termo de comparação ou testemunho quanto à propriedade e sinceridade da resposta dos itens considerados mais importantes.

HÁBITOS DE LEITURA

É fato pacífico que o estudante universitário escreve muito mal o idioma pátrio, tendo grande dificuldade, de uma forma geral, de se expressar, quer por escrito, quer verbalmente. Sirva de ilustração para o assunto a grande celeuma que se levanta atualmente com referência à inclusão de uma prova de redação nos exames vestibulares, bem como as sugestões de se incluir o Português no currículo das Escolas Superiores.

Ora, é problema bem conhecido de todos os que se dedicam ao magistério que quem não lê, mal fala, mal ouve e mal escreve.

O hábito de leitura, portanto, reflete-se, de forma direta e imediata, na capacidade de expressão e de compreensão do aluno.

O que revelou a pesquisa ? Em primeiro lugar, que pouco mais de 50% dos pesquisados possuem hábitos regulares da leitura de jornais. A porcentagem avaliada foi de 57%, para um total de 3.055 alunos.

Esses índices caem para 41% e para 31%, respectivamente, quando se referem à habitualidade de revistas e livros não técnicos.

Já na leitura não habitual os números se invertem. Lêem

livros, às vezes, 52%; revistas, 50%, e apenas 36%, jornais.

No detalhamento do tipo de jornal lido, foi dada preferência à Folha de São Paulo, vindo logo a seguir o Estado de S. Paulo. Dentre as revistas mais lidas destacam-se: 1. Veja, 2. Realidade, 3. Manchete.

Não descemos aos detalhes quanto ao gênero de leitura a que se referiam. Quer nos parecer, dessa forma, que essas porcentagens significam realmente menores números se considerarmos que pelo menos uma parte desses que têm o hábito de leitura não sabe escolher os melhores temas.

A pesquisa, que abrangeu os anos de 72, 73 e 74 revela, ainda, embora de forma inconsistente, que o hábito de leitura está piorando ano a ano, pelo menos quanto à habitualidade. Será que as cargas horárias e os currículos maciços e extensos estariam influenciando?

A principal razão que nos orientou a pesquisar os hábitos de leitura foi simples: a realidade brasileira expressa-se no cotidiano, ressaltando a ação governamental e a posição do povo e dos órgãos de comunicação.

Parece-nos impossível proceder ao estudo e conhecimento de Problemas Brasileiros sem que se possua, como mínimo indispensável, uma visão panorâmica dos maiores, mais prementes, mais debatidos problemas da conjuntura nacional.

Na verdade, se tivéssemos a certeza da habitualidade dessa leitura, teríamos também a certeza de que as classes estariam plenamente aptas à discussão desses problemas.

É bem verdade, por outro lado, que a extensão e complexidade das publicações do mundo moderno dificultam extremamente o conhecimento da linha de opinião majoritária, mesmo porque, quando se trata de problemas sociais, a polêmica e a discordância são as principais características.

Justificada e esclarecida a razão da inclusão do primeiro item, passemos aos seguintes.

O item 2 objetivou conhecer os assuntos preferidos do estudante. A discriminação é longa, revelando desde logo a multiplicidade de interesses e aspirações em jogo.

De uma forma geral, no entanto, destacaram-se entre os assuntos preferidos: política, esportes, economia e administração.

Item 2 - Quais os assuntos preferidos na leitura de jornais, revistas e livros.

As respostas revelaram, de forma concludente, que os assuntos que mais interessam ao estudante universitário são os relativos à política, nacional e internacional.

Isto nos parece natural e lógico por duas razões principais. Em primeiro lugar, os jornais diários e as revistas dão destaque às notícias de ordem política. Em segundo, o estudante encontra na Universidade o ambiente propício a despertar e a incentivar a ânsia pelo conhecimento do que se passa em seu país e no mundo.

O segundo assunto da preferência do estudante é o esporte. Aqui também a explicação é simples, visto que o esporte sempre foi assunto de interesse dos jovens.

Em terceiro lugar na lista das preferências pesquisadas situa-se a Economia. Num mundo em que o econômico adquire especial relevância, esta manifestação do estudante é o reflexo coerente dos apelos da sociedade em que vive e convive.

Em quarto lugar situa-se "artes". Não deixa de ser relevante esta constatação. Mesmo que se considere que os interesses do estudante são polimorfos e diversificados, conforme se verifica pelo elenco dos assuntos apontados (pág. 69 - item 2) ainda assim é reconfortante anotar-se este interesse pelas artes, ainda mais quando vivemos numa sociedade materialista e tecnológica.

Item 3 - Principais Problemas Brasileiros.

Após indagarmos do assunto de sua preferência, na leitura de jornais, revistas e livros não técnicos, passamos a investigar quais seriam os principais Problemas Brasileiros.

As respostas, mesmo que bastante diversificadas, concentram-se em alguns temas prioritários.

Em primeiro lugar figuram os problemas sócio-econômicos, que abrangem, na denominação, uma multidão de problemas que dizem respeito de perto ao estudante, à sua família, à sociedade em que vive e, naturalmente, à sua Pátria.

A discriminação de assuntos é extensa e encontra-se nos anexos (q¹ - q² e q³ - item 3).

Se pinçássemos alguns deles, ao acaso, poderíamos apontar: salário mínimo, mortalidade infantil, inflação, exportação-importação, petróleo, dívida externa, aumento do custo de vida, habitação, miséria, campo de trabalho, e assim por diante.

Em segundo lugar, na lista de preocupações estudantis, encontramos os problemas relacionados com a educação e o ensino (a nalfabetismo, falta de vagas nas universidades, deficiência de en

sino em todos os graus, falta de escolas públicas, falta de professores capacitados, falta de verbas e incentivo para pesquisa, etc.)

Em terceiro lugar nas preocupações expressas pelos alunos encontram-se os problemas referentes à Higiene e Saúde Pública (medicina social e preventiva, INFS, falta de médicos, falta de hospitais, saneamento básico, assistência odontológica, etc.)

Seguem-se, na ordem de preferência, os problemas de transportes, população e, só em 6º lugar, com pouca freqüência, vamos encontrar os problemas políticos.

Enquanto na listagem de interesses a política aparece em primeiro lugar, na especificação dos problemas brasileiros mais relevantes o estudante desloca o problema político para um modesto 6º lugar.

O assunto pode dar margem a uma série de considerações, o que não é objetivo da pesquisa, mas que se insere com bastante propriedade no panorama da conjuntura nacional, onde o econômico adquiriu, indiscutivelmente, excepcional importância.

Outros assuntos que receberam a marcação do estudante, em ordem decrescente foram: poluição, agricultura, censura, nordeste, comunicações, integração nacional, divisão regional, energia, esportes, norte, amazônia, índios, e outros menos votados.

Item 4 - Problemas que gostariam de debater em aula.

Pesquisados os problemas nacionais mais importantes, na opinião do aluno, procuramos saber quais aqueles que teriam maior interesse em debater em sala de aula.

Ressaltaram, primeiramente, os assuntos relativos à Educação e Ensino, vindo a seguir os problemas sócio-econômicos, higiene e saúde pública e, a seguir, os problemas políticos.

A listagem de problemas mencionados é extensa, diversificada, abrangente, a demonstrar a enorme diversidade de interesses que se confluem na Universidade.

Se tentássemos, no entanto, fazer uma lista de prioridades dos assuntos especificados, poderíamos destacar três grandes grupos: 1) Educação e Ensino 2) Problemas sócio-econômicos 3) Política.

Verifica-se, assim, que a sensibilidade do universitário está, permanentemente, sintonizada com os problemas fundamentais, essenciais, vitais da nacionalidade.

Item 5 - Você já leu a Constituição Federal ?

De uma amostragem de 3.000 alunos, referentes aos anos de 72/73 e 74, das classes iniciais e finais, apenas 15,59% responderam afirmativamente, 3,26% não responderam, restando, portanto, 81,15% de universitários, que nunca leram a Constituição do Brasil.

Os números são realmente espantosos, quando se sabe que o universitário constitui a elite nacional e o futuro da Nação.

Se considerássemos ainda que a população universitária do Brasil de hoje mal atinge 1% da população brasileira, a extração desses dados nos levaria, com certeza, à conclusão de que é ínfima a porcentagem de brasileiros que conhece a Constituição do País.

Num desdobramento da pergunta inicial, acrescentamos: "Você gostaria de discuti-la?", os dados se inverteram, pois 59,53% responderam afirmativamente, enquanto 26,85% declaravam que não gostariam, restando ainda 13,62% que não responderam.

Os dados colhidos estão a exigir uma análise e uma interpretação, quer na parte afirmativa, quer na parte negativa.

A elevada porcentagem dos que nunca leram e portanto não conhecem a Constituição Brasileira, está a indicar a necessidade de um esforço especial para se levar esse conhecimento ao Universitário, com a divulgação do texto constitucional, a exposição e o debate, em sala de aula, de seus aspectos fundamentais, incluindo-se breve retrospecto histórico, para dar ao aluno uma visão panorâmica da Nação e do Estado brasileiro, com as transformações que se processaram e se processam atualmente.

Bastante significativo, também, parece-nos, e o fato de 27% dos pesquisados terem declarado que não estavam interessados no conhecimento e no debate da Constituição.

A resposta está a exigir uma meditação mais profunda, pois indica uma atitude inexplicável. Será que a Universidade se "profissionalizou" tanto, que tudo que não atenda a esta profissionalização deixa de significar alguma coisa de importância para o universitário? Ou seria a conjuntura política brasileira, a colocar uma resistência ou gerar uma descrença na utilidade desse conhecimento?

O fato, que nos parece alarmante, é que 27% da futura elite brasileira afirmam categoricamente não se interessar em conhecer ou debater a Constituição de seu próprio País.

Importa que o assunto seja levado às altas esferas educacionais e políticas, para que providências adequadas venham a ser

adotadas, pois, inegavelmente, está aí uma distorção da formação cívica do estudante brasileiro.

Por outro lado, é reconfortante anotar que a criação do Estudo de Problemas Brasileiros veio realmente responder a uma necessidade inadiável, pois é das raras, senão a única disciplina do currículo universitário que possibilita a discussão de assuntos e problemas não diretamente relacionados com a formação profissional.

A porcentagem de 27% que não se interessa em conhecer a Constituição Brasileira, torna-se conveniente acrescentar os 13,62 por cento que não responderam ao questionário, neste item específico.

Enquanto apenas 3,26% não responderam à pergunta "Você já leu a Constituição Federal ?", 13,62% não responderam à pergunta "Você gostaria de discuti-la em sala de aula?" a revelar dúvida ou desinteresse, que poderíamos somar, portanto, aos 27% anteriores.

Uma interpretação criteriosa nos levaria a concluir que mais de 40% dos estudantes universitários estão desinteressados de conhecer a Constituição Brasileira.

Ora, esta situação não pode, de forma alguma, perdurar. Importa e impõem-se medidas que tragam um corretivo para atitude tão negativa e tão perigosa para os destinos nacionais, pois é bem sabido que ninguém ama, nem pode amar, o que não conhece.

Por sugestão nossa, ao Magnífico Reitor, Professor Zeferi no Vaz, a UNICAMP já tem feito alguma coisa a respeito: foram impressos 10.000 Constituições que são vendidas (a preços simbólicos) a todos os alunos que recebem aulas de EPB. Paralelamente, determinamos que o exame, o estudo e o debate da Constituição Brasileira se constitua em ponto obrigatório para todos os alunos, seja das séries iniciais seja das séries finais, incluindo-se os cursos de pós-graduação, a nível de mestrado e de doutorado.

O importante, a nosso ver, é que a pesquisa revela uma atitude, uma posição, uma resposta, que estão a aconselhar a adoção de medidas adequadas.

Item 6 - Você teve Educação Moral e Cívica no Colégio ? Qual a sua opinião a respeito ?

Embora saibamos que, a partir do Decreto-lei 869/69, a Educação Moral e Cívica é matéria obrigatória do currículo de todas escolas, inclusive Colégio (atualmente Escola Estadual de segundo grau), ainda assim pensamos que as respostas poderiam detectar

algum ou alguns problemas na execução da lei.

E como a Execução da Educação Moral e Cívica reflete-se em Problemas Brasileiros, pareceu-nos importante acrescentar este item.

De fato, as respostas abrem algumas perspectivas.

Inexplicavelmente, 15,35% dos pesquisados declararam que não tiveram aulas de Educação Moral e Cívica, 19,32% declararam que gostaram dessas aulas, 23,45% afirmaram que não gostaram delas, 22,68% acharam-na útil, enquanto 10,95% acharam-na inútil.

Será que a metodologia de E.M.C. não estaria criando dificuldades à exata compreensão e dimensão de E.P.B. ?

As mesmas considerações que fizemos no item anterior, pareceu-nos oportuno repetir aqui. Por que 10,95% dos alunos consideram a Disciplina "inútil" ? Falta de motivação ? Preconceito? Despreparo e incompetência dos professores ?

Em questionários posteriores procuramos identificar a opinião dos alunos quanto às aulas e aos professores.

Quanto às aulas, as respostas foram assim tabuladas.

Item 6.1 - Qual a sua opinião a respeito das aulas recebidas ?
(E.M.C.)

Ótimas	- 7,09%
Boas	- 25,98%
Regulares	- 38,40%
Sofríveis	- 15,99%
Em Branco	- 12,54%

Item 6.2 - Qual a sua opinião a respeito dos professores ?

Quanto aos professores, as respostas variaram da seguinte forma:

Bons	- 27,55%
Regulares	- 45,83%
Sofríveis	- 13,04%
Em Branco	- 13,58%

Há, como se vê, adequada coerência entre a opinião referente às aulas e à referente aos professores.

Item 7 - Qual a sua opinião a respeito da inclusão de E.P.B. nas Universidades ?

O item 7 atingia um dos pontos críticos do questionário. Alguns itens anteriores serviam apenas como preparação e como ponto de referência e comparação à resposta do sétimo quesito.

Apesar das resistências e desconfianças que cercaram a in

clusão de Estudo de Problemas Brasileiros no currículo obrigatório das Universidades, conforme discutiremos mais adiante, a resposta foi realmente gratificante e encorajadora, pois 84,90% dos 2.500 interrogados responderam que sim - isto é, foi oportuna a inclusão de EPB nas Universidades.

Apenas 9,98% acharam-na inoportuna e uma pequena minoria de 5,12% respondeu em branco.

Percebe-se, dessa forma, que a inclusão de EPB no currículo obrigatório das Universidades, apesar dos inúmeros pontos negativos que pretendemos discutir em outros itens, inclusive as dificuldades próprias e compreensíveis decorrentes da sua recém-implantação, apesar de tudo, correspondeu a um interesse forte do universitário de conhecer e debater a realidade nacional.

A pesquisa revela, pois, de forma inequívoca, que a aceitação da Disciplina EPB foi completa, contando com a compreensão do universitário.

Essa porcentagem maciça é tanto mais significativa quanto é bem sabido que, por inúmeras razões, já discutidas, o estudante universitário encarou com bastante resistência e até animosidade a inclusão de EPB, numa fase inicial. (Vide capítulo I, item 3 - As Entrevistas).

Item 8 - Você é eleitor ?

Os itens 8 e 9 aproveitaram a oportunidade da realização das eleições em 1972, para uma tentativa de conhecer a opinião e o comportamento do estudante Universitário, durante as eleições que se processaram, bem como algumas de suas idéias políticas.

As respostas acusaram um contingente de 88,17% de eleitores entre os universitários e apenas de 11,83% de não eleitores.

Dos eleitores, 62,56% já haviam exercido o direito do voto, antes.

Quanto ao voto anulado ou em branco, cuja campanha se desenvolveu de forma acentuada nas eleições de 72, obtivemos as seguintes respostas:

8.1 - Você anulou o voto ?

8,50% anularam o voto premeditadamente, 60,46% não anularam propositadamente, mas 5,79% julgavam que seus votos tinham sido anulados, por falha de votação.

Digna de registro foi a elevada participação dos que não responderam ao quesito - 31,04%, dando a impressão que uma por-

centagem maior do que os 8,50% acima mencionados haviam intencionalmente anulados os votos, desejando, no entanto, omitir tal informação; talvez ficassem "sem graça" de confessar tal comporta-mento, preferindo, portanto, não responder.

8.2 - Você votou em branco ?

Forma menos radical da campanha de 72 referia-se ao voto em branco.

A pesquisa revelou, como no caso do voto nulo, que apenas 6,52% recorreram a esse recurso, sendo que 57,18% não votaram em branco, restando 36,98% de alunos que preferiam não responder a este item.

A inclusão dos itens 8, 9 e 10 teve como objetivo apenas motivar o aluno, pois se tratou de interesse temporário. É bem verdade que o problema eleitoral, como parte de um esquema mais geral, que é o político-institucional, desperta grande motivação na Universidade, além de ser o próprio fundamento da democracia.

Item 9 - Você é a favor do voto direto ?

A inclusão do item 9 significou mais a vontade de levar o aluno a refletir, ensejando ao professor alguns esclarecimen-tos a respeito do assunto, tão pouco conhecido da maioria, do que propriamente de pesquisar opiniões.

O confronto voto direto versus voto indireto sempre signi-ficou para os menos esclarecidos um verdadeiro confronto entre De-mocracia e Autocracia. Ora, julgamos indispensável esclarecer ao estudante universitário o verdadeiro sentido dessa sistematiza-ção, que tanta confusão tem gerado, especialmente na atual conjuntura brasileira.

De qualquer forma, sem a intenção de dar um destaque maior à pesquisa, aqui ficam consignados os resultados apontados:

A favor do voto direto - 64,39%

A favor do voto indireto - 25,94%

Não responderam - 9,67%

Item 10 - Você é a favor do voto do analfabeto ?

A inclusão do item 10 foi meramente motivador, tentati-va de se conhecer uma eventual tendência do universitário.

As respostas, no entanto, foram mais significativas do que se esperava.

Manifestaram-se a favor do voto do analfabeto apenas 19,44%; contra, a porcentagem elevou-se a 77,23%.

Os dados significam alguma coisa ? Seriam de interesse pa

ra uma reflexão política ? Aqui consignamos as perguntas.

Ficamos tentados, no entanto, a levantar uma reflexão. Num momento em que se fala e se defende e se luta a favor da maior democratização do voto, a opinião do universitário não estaria significando que as futuras elites não consideram importante a extensão desse direito aos analfabetos ? O desdobramento do item 10 foi referente à eventual restrição do voto do analfabeto quanto às eleições municipais, estaduais ou federais.

As respostas dividiram-se quase que em partes iguais entre os três setores. Manifestaram-se favoráveis ao voto dos analfabetos nas eleições municipais 8,54% dos pesquisados; a favor das eleições estaduais manifestaram-se 9,36%, e a favor das eleições federais somaram-se 8,30%.

Houve, como se vê, uma distribuição equitativa, a significar que, ou há dúvida quanto às vantagens da participação do analfabeto no processo eleitoral, ou que todos entendem que o voto do analfabeto só poderia ser acolhido com as devidas cautelas e restrições, nunca de forma geral, e universal.

Item 11 - Você gostaria de participar e de colaborar num Centro Superior de Civismo ?

A razão última do item foi procurar conhecer, de forma genérica, a porcentagem de alunos que estaria desejosa ou pelo menos disponível para participar e colaborar num Centro Superior de Civismo, que o Decreto-lei 869 estabelece como de existência obrigatória, mas cujas dificuldades de implantação tornaram-se patentes em muitas escolas superiores.

Pareceu-nos, assim, prudente tomarmos certas cautelas no lançamento da idéia.

Em primeiro lugar, desejávamos saber, grosso modo, qual a porcentagem de alunos que acolheria com simpatia e disposição essa participação.

Em seguida, cuidávamos de evitar um eventual conflito entre os próprios alunos, bipolarizando-os a favor e contra o governo, pois sempre se corre o risco de serem considerados a favor do governo (ou do sistema) aqueles que se disponham a dar sua colaboração e participação.

Apesar dessas naturais e compreensíveis limitações, parece-nos animadora a porcentagem de 37,49% que se dispôs a participar e colaborar num Centro Superior de Civismo.

O que nos parece importante ressaltar é a existência de

um apreciável contingente de alunos animados do melhor desejo de colaboração, que não tem sido aproveitado devidamente. Mais ainda. Se, apesar da inoperância dos órgãos docentes e administrativos, existe uma porcentagem tão grande em disponibilidade, não seria o caso de concluirmos que esse número seria muito mais robustecido se se fizesse um trabalho de orientação e de execução, buscando atraí-los para tarefas moral e civicamente elevadas, furtando-os ou afastando-os do envolvimento contestatório e negativo, que não desconhecemos existir em todas as Universidades ?

A inoperância e o imobilismo dos órgãos superiores da Universidade pesam sobre os ombros dos responsáveis pelo combate à contestação e à subversão estudantis.

Cumpre, a nosso ver, ter a coragem de iniciar uma ação visando resguardar e proteger esse grupo que deseja colaborar, procurando ainda mais reforçar o seu número, estimulando os que desejam se aproximar e desestimulando os que desejam recrutar elementos à ação negativa e contestatória dentro da Universidade.

A falta de apoio a esse grupo facilita o trabalho de alienamento do grupo contrário.

Item 12 - Você gostaria de ter aulas de EPB no período noturno ?

Este item destinou-se apenas a verificação de caráter interno. Como as escolas oficiais têm aulas habitualmente no período do diurno, desejava-se saber a disposição dos alunos quanto à possibilidade de assistir às aulas de EPB fora do período normal, isto é, no período noturno.

De certa forma foi interessante o resultado da enquete, pois verificamos que os alunos concluintes de curso e os de pós-graduação, de forma quase unânime, preferem as aulas de EPB no período noturno.

Já em consequência do resultado do questionário, temos organizado o horário de modo que esses alunos recebam aulas no período noturno, o que tem funcionado muito bem.

É evidente que a resposta dada pelos alunos das Escolas particulares, cuja frequência se concentra no período noturno, ficou totalmente prejudicada.

Item 6 - Questionário - Onde completou o 2º grau.

No Questionário Q⁴ de 1974, acrescentamos o item, objetivando saber qual a proveniência dos alunos da UNICAMP, exclusivamente.

As respostas informaram-nos de que os alunos da UNICAMP

provêm, na sua maioria, do ensino oficial, atingindo um total de 67,48%, restando ao ensino particular apenas 30,23%.

2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS Q³ e Q⁵

Da mesma forma que aplicávamos os questionários Q¹ - Q² e Q⁴, no início dos anos de 72/73 e 74, procuramos aplicar os Questionários Q³ e Q⁵, ao final dos anos de 73 e 74, visando verificar ou identificar certos resultados do curso desenvolvido durante o ano.

Distribuímos a pesquisa em 5 itens:

Item 1 - Você passou a se interessar mais pela leitura de jornais e revistas ?

Já tivemos a oportunidade de comentar que a conjuntura brasileira não pode ser estudada só em livros, pois sempre vai um período de tempo entre os acontecimentos e a publicação do livro. Assim, são os jornais e as revistas, principalmente, que veiculam e debatem a realidade emergente de todo dia e é aí que o leitor poderá se atualizar no que está acontecendo no Brasil e no Mundo.

O rádio e a televisão são elementos também importantíssimos nesse setor, mas se distinguem dos jornais e revistas por serem mais sintéticos e mais gerais.

De qualquer forma, quando nos referimos a jornais e revistas, incluímos, implicitamente, o rádio e a televisão.

O estudante que se dispuser a ler e a ouvir o noticiário atualizado dessas fontes de comunicação por certo será um estudante com bons conhecimentos dos problemas brasileiros.

É bem por isso que, se verificarmos que se ampliou o interesse pela leitura de jornais e revistas, notaremos que houve conseqüente melhoria no grau de conhecimento da conjuntura nacional, um dos objetivos fundamentais da Disciplina.

O que revelaram as respostas:

Dos 1.828 alunos consultados, 55,42% declararam que de fato passaram a se interessar mais pela leitura de jornais e revistas após o curso de EPB.

37,58% afirmaram não terem ampliado esse interesse e 7,0% deixaram a resposta em branco.

Parece-nos que a porcentagem dos que melhoraram o seu interesse indica que o curso de EPB alcançou um dos seus objetivos mais importantes, qual seja, despertar e estimular o aluno a man

ter-se constantemente informado e atualizado, não apenas durante o curso, mas durante toda sua vida.

Sob certos aspectos este objetivo é primordial, pois o estudante de hoje, cidadão de amanhã, que se habitua ao conhecimento da realidade brasileira será sempre um elemento atuante e participante. O curso de EPB, a confirmar-se esta hipótese, estaria se projetando durante toda a vida do estudante, criando atitudes, hábitos e comportamentos de profunda repercussão moral e cívica.

Item 2 - Você passou a se interessar mais pela realidade brasi-leira ?

O item 2 é quase que um desdobramento do item 1. Poderíamos dizer que é ou que seria a sua confirmação.

As respostas ao item 2 são, no entanto, bem mais enfáticas. Dos quase 2.000 consultados, 73,50% manifestaram-se afirmando que passaram a se interessar mais pela realidade brasileira. Vale dizer, tornaram-se melhores cidadãos, mais conscientes. Mais esclarecidos. Mais participantes. Apenas 13,38% declararam que não aumentaram esse interesse. Não explicaram, (nem foi objeto de pesquisa) se já tinham um interesse elevado ou se era um grupo de desinteressado da realidade brasileira, por estar envolvido por demasia na formação profissional.

De qualquer forma, a elevada porcentagem dos que foram alcançados pela mensagem da Disciplina é bastante reconfortante.

Acrescentaríamos ainda mais. Não há motivos para se desanimar ou desespertar quanto à juventude universitária. Sempre que se lhe fornece elementos de informação, orientação e apoio, seu manancial extraordinário de idealismo, trabalho e participação oferece uma resposta imediata e até entusiástica.

Item 3 - Qual a sua opinião a respeito do curso de EPB ?

As respostas se dividiram da seguinte forma:

Bom	- 50,11%
Regular	- 40,76%
Mau	- 6,67%
Em branco	- 2,46%

Gostaríamos de destacar, inicialmente, a pequena porcentagem dos que omitiram a resposta: 2,46%, a demonstrar que houve real interesse em expor seu ponto de vista.

Por outro lado, pequena porcentagem - 6,67%, julgaram-no mau. A grande maioria, mais de 90%, concentrou-se na faixa do bom e do regular.

Se não houve manifestações de "ótimo", "excelente", etc., não se pode deixar de ressaltar que houve um aproveitamento entre bom e regular, o que atende perfeitamente aos objetivos propostos.

Item 4 - O número de aulas é suficiente ?

Desejávamos saber, por ser disciplina nova, às vezes considerada um ônus para o currículo, ou mesmo dispensável, qual seria a opinião do aluno.

Como a carga horária variou, entre as diversas Escolas da região, de 15 a 30 por semestre, variando a duração do curso de 2 a 4 semestres, a resposta teria um significativo especial.

Dos pesquisados, 84,35% manifestaram-se favoráveis à carga horária que tinham, isto é, de 1 a 2 por semana, 2 ou 4 semestres.

Um outro grupo, minoritário, de 9,85% desejava que o número de aulas de EPB fosse maior, pois responderam que esse número de aulas não era suficiente.

Item 5 - Em que séries você acha que o curso deveria ser ministrado ?

O nosso conhecimento, através de contactos individuais, participação em congressos e seminários e outras fontes de informação, já esclarecia que as diversas Escolas da V Região, do Estado e do Brasil, adotavam diferentes posições quanto à distribuição das aulas de EPB pelas várias séries do curso.

No final do trabalho, quando pretendermos abordar especificamente o problema da metodologia de EPB, serão encontrados os dados informativos adequados.

No momento desejamos apenas verificar a opinião do aluno quanto à melhor distribuição da Disciplina pelas várias séries.

Distribuímos as perguntas em diversas composições, com as seguintes respostas:

1ª série	- 24,51%
Duas 1ªs séries	- 10,01%
1ª e última	- 23,03%
Duas últimas séries	- 9,90%
Última série	- 13,24%
Todas as séries	- 16,14%

É interessante apontar exatamente essa porcentagem de 16,14% dos que julgam que EPB deveria ser dada em todas as séries. É um grupo significativo a demonstrar que a inclusão da Disciplina

na foi verdadeiramente oportuna, correspondendo a um anseio da ju ventude universitária.

No Questionário Q⁵ - referente ao 2º Semestre de 74, acrescentamos dois itens:

1. O que pensava a respeito de EFB, antes do curso ?
2. O que pensa depois ? Coincidem as idéias ?

As respostas ao item indicam que, dos 352 questionários respondidos, 226 (64,2%) afirmaram que "coincideram as idéias", e 118 (33,5%), que "não coincidem as idéias".

Por se tratar de pontos subjetivos, impossíveis, portanto, de tabulação estatística, as respostas são encontradas nos anexos.

Os Questionários Q³ (1973) e Q⁵ (2º semestre/74) acrescentam ainda duas perguntas:

- Na sua opinião, quais os principais problemas da atualidade brasileira ?

As respostas indicam a seguinte ordem de prioridades:

976 Q ³	1. Educação	- 684 - 70,08%
	2. Economia	- 580 - 59,43%
	3. Probl.-Social	- 427 - 43,75%
	4. Saúde	- 406 - 41,59%
1185 Q ⁵	1. Problemas sócio-econômicos	- 922 - 77,80%
	2. Educação e Ensino	- 881 - 74,34%
	3. Higiene e Saúde	- 379 - 31,98%
	4. Transportes	- 215 - 18,14%

- Quais são os O.N.P. prioritários ?

976 Q ³	1. Educação	- 235 - 24,07%
	2. Desenvolvimento	- 207 - 21,20%
	3. Integração Nacional	- 165 - 16,90%
	4. Segurança Nacional	- 149 - 15,26%

Os questionários Q³ e Q⁵ deram, ainda, ao aluno, a liberdade de fazer uma crítica com referência às aulas dos professores. (anexos).

Gostaríamos de ressaltar que, embora tenha sido absoluta a liberdade de criticar as aulas recebidas (metodologia, conteúdo, apostilas, etc.), nem uma só das respostas excedeu os limites da crítica respeitosa, abrangendo tão somente as aulas, sem exorbitar ou transpor esses limites. Sob certos aspectos, as críticas foram mesmo criteriosas e proveitosas.

QUESTIONÁRIO E.P.B. I

Senhor Coordenador de E.P.B. (ou representante).

Favor preencher o Questionário abaixo. Trata-se de pesquisa para defesa de Tese de Doutorado. Muito obrigado.

1. NOME DA UNIVERSIDADE.....
2. ENDEREÇO
3. OFICIAL () PARTICULAR ()
4. NOME E ENDEREÇO DO COORDENADOR DE E.P.B.
5. Relacionar os Coordenadores e Professores de E.P.B. em exercício
6. Informações quanto a E.P.B.:
 - 6.1 - nº de períodos (ou semestres) exigidos. Em que séries ?
 - 6.2 - nº de créditos exigidos
 - 6.3 - nº de aulas por semana
 - 6.4 - Programa - Qual o adotado. Relacionar ou mencionar

Res. CFE-94/71. ()

- 6.5 - Metodologia adotada:
 - Só aulas expositivas, com () ou sem () debates.
 - Só conferências, com () ou sem () debates.
 - Parte em aulas e parte em conferências ()
 - Há exigência de:
 - a) Leitura e resumo de livros? Sim () Não ()
 - b) Elaboração de trabalhos de pesquisas? Sim ()
Individual () Em equipe () Não ()
 - c) Seminários, realizado pelos alunos? Sim () Não ()
 - d) Estudo dirigido? Sim () Não ()
 - e) Adota apostilas? Sim () Não ()
 - f) Adota livro de texto? Sim () Não ()
 - g) Possui Centro Superior de Civismo? Sim () Não ()
 - h) Atividades extra curriculares, relacionadas, discriminar:
 - i) Bibliografia básica (relacionar)
 - j) Visitas e excursões. Sim () Não ()
 - k) Outras atividades. Relacionar
 - l) Biblioteca disponível

QUESTIONÁRIO E.P.B. II

1. Nome da Escola:
2. Endereço: Cidade:..... Fone:.....
3. Entidade mantenedora:
4. Cursos que mantém:
5. Número de alunos matriculados em 1974:
6. Como é ministrado o curso de E.P.B.?
 - 6.1 Conferências() Quantas por ano?() Relacionar os temas.
 - 6.2 Aulas expositivas() nº de aulas semanais()
 - 6.3 Em que séries ou semestres é obrigatória?
 - 6.4 Quantos "créditos" são exigidos?
 - 6.5 Quais são os pré-requisitos?
 - 6.6 Outra forma não especificada
 - 6.7 Quem é o Professor-Coordenador?
 Nome:
 Endereço: Fone:
 Formação acadêmica:
 - 6.8 Quantos professores de E.P.B. dispõe a Escola?
 (Favor relacionar nome e endereço).
7. Além das aulas e conferências, os alunos são obrigados à leitura e resumo de livros, trabalhos de pesquisas, etc.? Esclarecer.
8. Qual o programa adotado? (anexar cópia). Resolução CFE.94/71. ()
9. Qual o programa desenvolvido? (anexar cópia).
10. Qual o sistema de avaliação de rendimento escolar?
 Provas?() (Teste? Dissertação?) Trabalhos() outros()
11. Regime de freqüência:
12. A Escola possui Centro Superior de Civismo?()
13. Utiliza recursos audio-visuais?() Quais?
14. Adota livros?() Quais? (anexar relação).
15. Adota apostilas?() (anexar um exemplar).
16. Qual a metodologia usada?
 - 16.1 Exposição? () com debates?()
 - 16.2 Só debates ()
 - 16.3 Só conferências ()
 - 16.4 Seminários ()
 - 16.5 Exposição feita pelos alunos
 - 16.6 Outros métodos () (discriminar).
17. Acrescentar quaisquer outras informações ou esclarecimentos que julgar oportunos ou convenientes, com referência à E.P.B., como Disciplina e Prática Educativa, ressaltando a Metodologia adotada.

- As informações poderão ser prestadas no próprio Questionário, utilizando-se o verso ou folhas avulsas, quando necessário ou aconselhável.

- Escreva "sim" ou "não" nos parênteses.

Muito obrigado.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS EPB I e EPB II

A METODOLOGIA UTILIZADA

As respostas colhidas das unidades da V Região nos dão o seguinte quadro geral:

a. CONFERÊNCIAS

Treze unidades adotam o sistema de conferências.

Quanto ao número de conferências por ano as respostas variam bastante, de uma única conferência por semestre (1 Unidade), até vinte (20) por ano (1 Unidade), ficando na posição intermediária: 10 por ano (1 Unidade) - 9 (1 Unidade) - 4 (2 Unidades), sendo que 14 Unidades não informaram o número de conferências.

Pelo que se depreende das informações colhidas, quer pelos questionários, quer verbalmente, pelos responsáveis dessas Unidades, bem como pessoalmente, ao ministrar conferências em várias dessas Unidades, as conferências englobam elevado número de alunos, variando de 200 até 500, com a duração sugerida de uma hora e meia a duas horas.

O debate após a conferência é bastante raro.

b. AULAS EXPOSITIVAS

Dezoito unidades adotam a metodologia de aulas expositivas, sendo que algumas acrescentam algumas conferências.

O número de aulas semanais varia bastante, de 1 aula por semana (2 Unidades) até 4 por semana (3 Unidades), sendo que a maioria adota 2 aulas semanais (10 Unidades).

c. EM QUE SÉRIES OU SEMESTRES SÃO MINISTRADAS

Também aqui a variedade é imensa, atingindo praticamente todos os semestres e séries. A maior concentração encontra-se, no entanto, na 1ª série (10 Unidades), sendo que apenas duas Unidades colocam essas aulas nas últimas séries.

A UNICAMP e a FUCC adotam como critério geral a divisão do curso de EPB em duas fases: a 1ª fase no 1º ano do curso, e a última no final do curso ou a partir do penúltimo ano de conclusão.

d. QUANTOS CRÉDITOS SÃO EXIGIDOS ?

A mesma diversidade encontrada na distribuição das séries

é também encontrada na concessão de créditos, variando de 1 a 4 créditos, sendo que elevado nº de unidades omitiu a informação.

e. QUAIS SÃO OS PRÉ-REQUISITOS ?

De todas as unidades da V Região, apenas a UNICAMP e a PUCC adotam o regime de pré-requisito. Assim, para ingressar na segunda fase do Curso de EPB, ou PB II é obrigatória para o aluno a comprovação de ter cursado e sido aprovado em PB I.

f. COM QUANTOS PROFESSORES DE EPB CONTA A ESCOLA ?

A maioria das respostas indica a existência de apenas 1 professor (9 unidades). Cinco unidades contam com 2 professores. Apenas uma unidade menciona três professores.

As Universidades de Campinas - UNICAMP e PUCC - dispõem de uma equipe de professores que se situa entre 12 e 15, variando de acordo com o número de turmas do ano ou semestre.

g. OUTRA METODOLOGIA ADOTADA

Oito unidades afirmam adotar, além das aulas e conferências, outros tipos de trabalhos, tais como pesquisas (4 unidades), debates (1 unidade), síntese de conferências (1 unidade), leitura de jornais e resumos de livro (1 unidade).

A UNICAMP e a PUCC adotam, como critério geral, o sistema de aulas expositivas, com debates após cada aula.

A UNICAMP acrescenta, ainda, uma série de conferências, que se inicia, habitualmente, com uma aula inaugural, ministrada a todos os alunos que tenham aulas de EPB.

h. SISTEMA DE FREQUÊNCIA

Apesar da variação de critérios adotados, pode-se adiantar que a maioria das unidades tem como base a exigência de 75% ou 2/3 de frequência obrigatória em primeira época, reduzindo este limite para 50% em 2ª época.

O que não está escrito, mas se conhece por outras fontes informativas, é que há generalizada tolerância quanto à frequência.

Sob esse aspecto, a UNICAMP se constitui num caso à parte, dado o seu rigoroso controle de frequência.

i. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do rendimento escolar é feita basicamente através de provas (17 unidades) e de trabalhos escritos (16 unidades), variando apenas em certos detalhes.

Uma unidade adota o exame oral, três adotam pesquisas, uma adota o sistema de estágios, leitura de jornais (1 unidade).

j. CENTRO SUPERIOR DE CIVISMO

Das 37 unidades da V Região Administrativa, apenas duas (2) informaram contar com Centro Superior de Civismo; assim mesmo, uma declara que este foi somente criado, mas não instalado.

Outras duas unidades informam que o Centro se encontra em fase de organização.

k. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS AUDIO-VISUAIS

Praticamente todas unidades consultadas informam que adotam, de uma ou outra forma, a utilização de recursos audio-visuais, sendo:

- Retroprojektor	- 4 unidades
- Projektor de filmes	- 6 "
- Mapas	- 1 "
- Slides	- 14 "
- Mural	- 2 "
- Epidiascópio	- 2 "
- Toca fitas	- 1 unidade
- Dia filmes	- 1 "
- Transparências	- 1 "

l. ADOÇÃO DE LIVROS E APOSTILAS

Oito unidades adotam livros e duas utilizam apostilas.

m. METODOLOGIA USADA

Com referência à pergunta específica - qual a metodologia usada - foram obtidos os seguintes resultados:

- Aulas expositivas	17 unidades
- Aulas expositivas com debates	12 "
- Só debates	Nenhuma
- Só conferências	"
- Seminários	10 unidades

- Exposição feita pelos alunos	9 unidades
- Leitura crítica de jornais diários c/ relatório	1 unidade
- Painel integrado - "pinga-fogo"	1 "
- Não responderam este item	3 unidades

Convém esclarecer, desde logo, que esses itens quase sempre são dados sem exclusividade, pois são adotadas em conjunto várias modalidades de atuação. Assim, por exemplo, as aulas expositivas são acompanhadas ou não de debates, intercaladas ou não com conferências, exposição feita pelos alunos, seminários, etc.

UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO

A primeira constatação que se faz após compulsar os dados dos questionários enviados às diversas Escolas Superiores da V Região Administrativa do Estado de São Paulo é a diversidade generalizada com que cada uma delas vem interpretando o Decreto-lei 869/69 e implantando a sua execução.

A diversidade não é tão acentuada com referência à frequência e à avaliação do rendimento escolar.

A frequência é mencionada com regularidade, situando-se na exigência da obrigatoriedade entre 75% ou 2/3 das aulas dadas. O que não consta das informações escritas, mas é do conhecimento geral através de outras fontes, é a tolerância na anotação da frequência, que, em alguns casos, poderia ser chamada de livre, pois não há nem preocupação nem meios adequados para o apontamento da ausência do aluno. Assim, a frequência, obrigatória por lei e regulamento, na prática torna-se elástica, flexível, tolerante e até mesmo livre.

A avaliação do rendimento escolar é interpretada de forma diferente por muitas unidades. A maioria adota a prova ou exame para essa avaliação. Boa parte aceita a nota atribuída a trabalhos escritos. Uma refere-se a exames orais.

A diversidade mais se acentua quando consideramos a metodologia aplicada e os programas utilizados.

É nesses dois itens que verificamos a maior discrepância entre o que prescreve a lei e as várias soluções escolhidas para executá-la.

Metade, aproximadamente, das unidades consultadas, usa, basicamente, as aulas expositivas, com ou sem debates.

Da outra metade, grande parte prefere adotar apenas confe
rências para dar cumprimento à exigência legal.

Das várias Universidades estaduais e federais de que obti
vemos informações, excluída a V Região Administrativa, quase to-
das adotam o sistema de conferências.

Como caso típico, poderíamos destacar a Universidade de
São Paulo, de Brasília, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, que
adotam esta sistemática.

Nas restantes, as soluções são ainda mais diversificadas:
seminários, exposições feitas pelos alunos, estágios, leitura de
jornais e revistas, etc.

Raríssimas contam com um serviço ou departamento encarro-
gado de dar execução às prescrições do Decreto-lei 869/69 e le-
gislação posterior.

A maioria dispõe de um único Coordenador, que se encarre-
ga de escolher, convidar e apresentar os conferencistas.

Ora, o sistema de conferências leva naturalmente à adoção
de programas os mais diversos, obviamente, sem obediência ao pro-
grama estabelecido pela Resolução 94/71 do Conselho Federal de E
ducação.

Poder-se-ia concluir, numa visão panorâmica e essencial-
mente subjetiva, embora inspirada nas informações colhidas, que
a maioria das Escolas dá cumprimento meramente formal às disposi-
ções que tornaram obrigatória a introdução da Educação Moral e Ci
vica, sob a forma de Estudo de Problemas Brasileiros, como Disci
plina e como Prática Educativa no currículo das Escolas Superio-
res Brasileiras.

Não se penetra no espírito, na essência dos objetivos pro-
postos e visados.

Em muitos casos o desinteresse e formalismo com que são e
xecutados contrariam mesmo os seus objetivos fundamentais, signi-
ficando um desserviço à causa da educação e da educação moral e
cívica, com todas as suas múltiplas e graves conseqüências.

VI. A L G U M A S C O N C L U S Õ E S

CAPÍTULO VI

ALGUMAS CONCLUSÕES

1. ESTÍMULO À LEITURA

A pesquisa revelou, de forma concludente, que o universitário lê muito pouco, além do exigido por suas necessidades profissionalizantes. Não cabe no âmbito de nosso trabalho pesquisar suas causas, o que seria altamente aconselhável. Restaria, pois, sugerir algumas providências que poderiam auxiliar a estimular a leitura de jornais e revistas, bem como de livros que abordam a realidade brasileira. Dentre essas sugestões poder-se-iam ressaltar as seguintes:

- 1.1 - Ampliar o número de livros, disponíveis na Biblioteca Central e nas Bibliotecas das diversas unidades da UNICAMP, que versem sobre problemas brasileiros. A Biblioteca do Centro de Estudo de Problemas Brasileiros deveria contar com determinadas obras fundamentais, com vários volumes do mesmo livro.
- 1.2 - Proceder à assinatura de jornais e revistas, colocando-as à disposição das bibliotecas e dos Centros e Associações Acadêmicas, em lugar de fácil acesso ao estudante.
- 1.3 - Estudar-se a instalação de uma livraria no campus da Cidade Universitária, de modo a facilitar a exposição e a venda de livros, estimulando-se assim a leitura.

2. ESTÍMULO À LEITURA E AO CONHECIMENTO DA CONSTITUIÇÃO

O reduzido número de universitários que já leu ou conhece o texto da Constituição Brasileira está a indicar que se fazem necessárias providências tendentes a suprir essa lacuna.

Seria de conveniência, assim, que se ampliasse a divulgação de folhetos contendo o texto constitucional, estimulando-se, paralelamente, a sua leitura e conhecimento.

Pensamos que uma experiência positiva seria a doação do texto da Constituição da República Federativa do Brasil ao aluno quando ingressa na Universidade, logo por ocasião da Semana de

Integração do Calouro.

3. RECURSOS DIDÁTICOS AUDIO-VISUAIS

A pesquisa revela que a sugestão mais freqüente do aluno com referência à melhoria das aulas de EPB, diz respeito à maior e melhor utilização dos recursos audio-visuais.

O atendimento a esta reivindicação básica poderia ser feito ampliando-se o número e diversidade desses recursos audio-visuais colocados à disposição dos professores, tais como retroprojetores e projetores de slides.

4. MAIOR PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE

Sente-se, mais do que se pode comprovar através da pesquisa, que o estudante está ansioso por participar de forma mais ativa e efetiva na solução dos problemas brasileiros. Ora, o estudante universitário está justamente preparando-se para dar essa participação, que seria tanto mais eficiente quanto mais esclarecida, interessada, responsável e espontânea ela fosse.

Pensamos, assim, que se poderia estimular essa participação dentro da universidade, na medida das possibilidades existentes, de modo a servir de treino e estímulo àquelas atividades futuras.

Essa participação poderia ser estimulada através dos Centros e Associações Acadêmicos e especialmente através do Centro Superior de Civismo, incentivando a atividade cívica, englobados em pequenos projetos vivenciais, dentro da própria Universidade ou da comunidade que a envolve. A associação em clubes de serviços à comunidade seria uma forma adequada de exercer e aperfeiçoar essa participação.

5. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Decreto-lei 869/69 previu, com bastante sabedoria, no artigo 1º, em seu parágrafo único, ao tratar das bases filosóficas de que trata este artigo, que elas deverão motivar:

- a) a ação, nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, visando ao desenvolvimento de hábitos democráticos, através da

criação de movimentos de juventude, estudo de problemas brasileiros, realização de atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

Parece-nos, assim, que conviria promover uma ação de esclarecimento de todo o corpo docente e técnico-administrativo da Universidade, tendente a conscientizá-lo da necessidade e da urgência que todos têm de colaborar com a atuação dos professores de EPB, que não podem e não devem ser considerados os únicos responsáveis no campo da Educação Moral e Cívica do estudante universitário, pois "tudo educa e deseduca, todos contribuem para formar ou deformar em termos de moral e civismo. Nada é irrelevante, nada é inócuo ou indiferente".

Art. 7º - letra "d" - Dec. 68.065 - 14.01.71

A Educação Moral e Cívica deverá constituir preocupação geral da escola, merecendo o cuidado dos professores em geral e, especialmente, daqueles cujas áreas de ensino tenham com ela conexão.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. FINALIDADES

As finalidades da Educação Moral e Cívica e, portanto, de Estudo de Problemas Brasileiros, forma sob a qual ela é ministrada no Ensino Superior, como complemento, sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo, estão compendidas no art. 2º do Decreto-lei 869/69.

Artigo 2º - A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e conhecimento da organização sócio-político-econômico do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único - As bases filosóficas, de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimen-

tos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

O elenco das finalidades, ou bases filosóficas, conforme refere o citado artigo segundo, é amplo, variado, profundo, ambicioso.

Mesmo assim, o "caput" do artigo ainda ressalva, "apoian-do-se nas tradições nacionais".

Amplia-se, assim, e de muito, o elenco das finalidades. As finalidades escritas, explícitas, estão no artigo 2º, mas as fi-nalidades não escritas, implícitas, estão contidas nas disposi-ções do "caput" embora muito mais difíceis de serem explicitadas, pois englobadas na expressão genérica "apoiaando-se nas tradições nacionais".

A essas finalidades específicas do ensino da Educação Mo-ral e Cívica não poderíamos deixar de incluir aquelas outras fi-nalidades genéricas de toda a educação, consubstanciadas na Cong-tituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Na-cional, especialmente no seu art. 1º, quando estatui que a Educa-ção Nacional deve ser inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Fácil é concluir-se, portanto, que a edição do Decreto-lei 869/69 tinha, e tem, objetivos muito mais ambiciosos e relevan-tes do que a mera criação de uma disciplina a ser ministrada em todos os graus e modalidades de ensino.

2. AS RESPONSABILIDADES

A destinação maior das finalidades da Educação Moral e Cí-vica é despertar, estimular, incentivar e aperfeiçoar o sentido de responsabilidade de todos os integrantes do magistério nacio-nal, público ou privado, tendo em vista a formação da consciên-cia cívica do aluno, futuro cidadão.

Mais ainda, para alcançar essas finalidades, todas as ati-vidades escolares devem ser orientadas e convocadas.

Tudo numa escola educa ou deseduca, principalmente o exem-plo.

"A Educação Moral e Cívica deverá constituir uma preocupa-ção básica, permanente e geral de todas as Escolas do Brasil".¹

1. Parecer 94/71 do CFE.

A formação de cidadãos livres, responsáveis, esclarecidos, democráticos, atuantes e solidários, eis aí a síntese a ser alcançada.

Todo o corpo docente nacional, todo o corpo técnico-administrativo das escolas brasileiras são responsabilizados e estão convocados a colaborar e a participar dessa tarefa comum e patriótica, a que nenhum brasileiro pode se excusar ou se omitir.

Sabemos, além do mais, que "toda pessoa natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos por lei".²

Isto amplia o campo das responsabilidades, estendendo-as a todos os brasileiros, indistintamente.

Se é verdade que não há nem pode haver Segurança sem Desenvolvimento, nem Desenvolvimento sem Segurança, então podemos concluir que a formação de cidadãos livres, responsáveis, esclarecidos, democráticos, atuantes e solidários, é a esperança de que a síntese dos objetivos nacionais, expressa no binômio Desenvolvimento e Segurança, poderá ser alcançada e potencializada, significando a felicidade e o bem estar dos brasileiros, dentro dos horizontes mais amplos e mais elevados do Bem Comum.

Esta é a garantia, a esperança e a certeza de um Brasil maior e mais feliz.

Campinas, Maio de 1 976.

2. Art. 86 da Constituição Federal.

VIII. INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

CAPÍTULO VIII

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

1. Constituição da República Federativa do Brasil
2. Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1 969 e legislação posterior (Decreto-lei 68.065, de 14 de janeiro de 1 971)
3. Goode, W.J. & Hatt, P.K.: Métodos em Pesquisa Social, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1 975
4. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1 961
5. Parecer 94/71, do Conselho Federal de Educação
6. Salomon, D.V.: Como Fazer uma Monografia, Belo Horizonte, Interlivros de Minas Gerais Ltda., 1 974
7. Severino, A.J.: Metodologia do Trabalho Científico, São Paulo, Cortez & Moraes Ltda., 1 975
8. Sousa, N.A. de: Aspectos da Compreensão e da Extensão do Estudo de Problemas Brasileiros. Tese de Concurso para Professor-Assistente - Universidade Federal de Salvador - Bahia, 1 973